

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**DISPOSITIVO DA GENTRIFICAÇÃO**

**Etnografia da intervenção do Estado para fins de urbanização nas vilas São  
Tomás e Aeroporto, em Belo Horizonte – MG.**

**Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira**

**Belo Horizonte**

**2014**

**Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira**

**DISPOSITIVO DA GENTRIFICAÇÃO**

**Etnografia da intervenção do Estado para fins de urbanização nas vilas São Tomás e Aeroporto, em Belo Horizonte – MG.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes

**Belo Horizonte**

**2014**

Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira

## **DISPOSITIVO DA GENTRIFICAÇÃO**

**Etnografia da intervenção do Estado para fins de urbanização nas vilas São Tomás e Aeroporto, em Belo Horizonte – MG.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

---

Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes (Orientadora)

---

Profa. Dra. Andrea Luisa Zhouri Lascheski (Professora convidada)

---

Profa. Dra. Ana Flávia Moreira Santos (Professora convidada)

Belo Horizonte, 2014

## AGRADECIMENTOS

Aos moradores das vilas São Tomás e Aeroporto, por terem me acolhido sempre com tanta atenção, solidariedade e interesse. Agradeço especialmente à Dona Graça, seus filhos, netos, genros e amigos, com quem vivi dois meses em profundo aprendizado. Obrigado Bila, Celio “Bilu”, Cida, Eduardo “Du”, Elaine, Evelin, Jorgim. Também agradeço a Edilene, a primeira pessoa que caminhou pacientemente comigo nas vilas, apresentando amigos e explicando tantas coisas, ao Hely Rodrigues, parceiro de muitas conversas. Aos funcionários e ex-funcionários do Centro Cultural São Bernardo: Maria José, Leo e Marcela. E ao carroceiro Seu Joaquim José.

À professora Bia, que tanto me ajudou em inúmeros momentos de indecisão, ansiedade e insegurança. A partir de sua orientação cuidadosa, com tanta paciência em relação às minhas descontinuidades, minhas gafes de classe e minha leve megalomania, pude explorar muito do que a universidade proporciona e que eu talvez nem pudesse enxergar. Com seus conselhos pensei e refleti muito, aprendendo sempre, e com seu apoio tive a oportunidade de aprender em outros campos também, como na Iniciação Científica, na pesquisa interdisciplinar Cidade e Alteridade, na Monitoria de Aula, no Intercâmbio, na relação com os sujeitos da pesquisa... Enfim, tenho plena consciência de que sem essa rica orientação boa parte do que participei não me seria possível. Agradeço imensamente!

Às amigas e amigos do Geaarq, em especial Amanda, pelas viagens e des(cons)truções, Gustavo, pela alegria e esperança, Carlos, pela sinalização marxista, Dudu, pelo pós-monarquismo, Lara, pelo sorriso, Marcony, pela bandidagem, e Sarah, pelo hackeanismo anárquico: meus caros companheiros anarqueoantropológicos – por todas as ações multiplamente infinitesimais, pelos momentos, tensões, crises e descobertas compartilhadas em movimentos pluriversais. Sim, existir é diferir, diferir é (r)existir e resistir é se ferir, também.

Aos meus amigos e amantes latino-americanos, “brasileiros” e não-brasileiros, aos amigos da antropologia, Di, Henrique, Gio, Mayara, João Paulo, Rosa e Tiago. Ao cidade e alteridade, em especial à professora Miracy e à Márcia, que coordenaram o eixo, e às colegas Ananda, Luana e Thaís. Aos professores Aderval e Erica, que tanto me aconselharam. À Ângela, pela atenção e cuidado.

Às amigas e amigos da Moradia Universitária, onde morei quatro anos da graduação, em especial Aninha, André, Brunão, Brunete, Chicó, Day, Celinha, João, Paola, Suelen, Ulisses e Vagner.

Às professoras Ana Flávia Santos e Andrea Zhouri, por terem aceitado gentilmente o convite para a banca.

E, por fim, a meus pais - *in memoriam* - que me ensinaram que a calma e a paciência são coisas que devemos cultivar sempre, que o companheirismo, a amizade, a solidariedade e o amor não dependem de quaisquer religiões específicas e muito menos de posses ou títulos; são construídos nas relações elas mesmas. Do contrário, após terem sido (in)diretamente assassinados pelo Estado nas zonas de sacrifício modernas das cidades neoliberais, eu provavelmente teria me tornado uma pessoa muito diferente dessa que se forjou. Também ao James, Matheus, Renan, Rose e Tony por terem me acolhido por seis meses em casa depois da morte da minha mãe. Vocês foram os responsáveis, através do incentivo e do suporte solidário, além da imensa e verdadeira amizade, pelas condições de possibilidade do meu recomeço, de fato, um renascimento. Muito obrigado!

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as vilas São Tomás e Aeroporto, em Belo Horizonte, no contexto de intervenção do Estado para a realização de uma política pública de urbanização de vilas e favelas denominado Programa Vila Viva. A partir da etnografia e de estudos bibliográficos analiso a emergência do que chamei de **dispositivo da gentrificação**, ou seja, o encadeamento de discursos, normas, reportagens, campanhas publicitárias e legislações específicas para a execução de uma intervenção que removeu cerca de 1360 famílias das vilas propondo reassentar 440 delas na localidade. Realizo um estudo de caso detalhado a partir da situação social e das implicações ocorridas no processo, entre os anos de 2011 a 2014.

Palavras-chave: dispositivo, gentrificação, urbanização de favelas, programa vila viva, antropologia urbana.

## ABSTRACT

The aim of this work is to analyse the places of São Tomás and Aeroporto, at Belo Horizonte, within the context of an state intervention for the realization of a public policy of urbanization of favelas, which is named Vila Viva Program. Through ethnographic research and bibliographic study, I intend to analyse the emergency of what I called the device of gentrification, ie, the series of discourses, regulations, reports, advertising campaigns and specific legislations for the execution of an intervention that have removed about 1360 families from their places and proposed to resettle 440 of them in there. I intend to conduct an extended case study through the social situation and the implications that have occurred in the process, among the years of 2010 and 2014.

Key-words: device, gentrification, favelas urbanization, vila viva program, urban anthropology..

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS, FOTOS E MAPAS .....	8
GLOSSÁRIO DE SIGLAS MAIS UTILIZADAS .....	9
INTRODUÇÃO .....	10
<b>CAPÍTULO I</b> - Notas teórico-metodológicas e a construção do objeto de pesquisa .	15
1.    Noções e conceitos .....	20
2.    O contexto e o campo .....	23
<b>CAPÍTULO II</b> - As vilas São Tomás e Aeroporto e o Programa Vila Viva .....	24
1.    As vilas são Tomás e Aeroporto em Belo Horizonte .....	24
2.    A intervenção nas vilas .....	26
3.    Questão fundiária e favelas no Brasil e em Belo Horizonte .....	31
4.    A participação .....	34
<b>CAPÍTULO III</b> - As representações sociais sobre as vilas - Estado, Mídia e Capital Imobiliário .....	40
1.    Introdução .....	39
2.    Divulgação do programa Vila Viva – Estado e Mercado .....	41
3.    Antes da intervenção .....	43
4.    Intervenção em curso .....	47
5.    Vila Viva concluído na Serra e em andamento na Pedreira Prado Lopes – Matérias de 2013 e 2014 .....	51
<b>CAPÍTULO IV</b> - Urbanização, remoções e gentrificação .....	59
1.    Introdução .....	59
2.    O conceito favela e seus usos nas ciências sociais e na administração estatal .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	85
<b>OUTRAS FONTES</b> .....	90

## ÍNDICE DE FIGURAS, FOTOS E MAPAS

<i>Figura 1 - Imagens do Google Earth comparando os anos de 2011, antes do início do empreendimento, e 2013, após as remoções. Observar o traçado dos bairros São Tomás e São Bernardo anterior à intervenção e a área de remoção e urbanização, nas vilas São Tomás e Aeroporto, totalmente pautada no traçado da chamada "cidade legal".</i> .....	26
Figura 2 Mapa da área de atuação da URBEL. 2010. (215 localidades com 451 mil moradores. Todas as áreas são definidas pelo Plano Diretor de Belo Horizonte como ZEIS-1 ou ZEIS-3: vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social construídos antes de 1994). .....	26
Figura 3: URBEL, S/D(b) Etapas do Programa de remoção e Reassentamento. Documento entregue pelos técnicos aos moradores. ....	36
Figuras 4 e 5: URBEL, S/D ETAPAS DO PROGRAMA DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. ....	49
Figuras 6 e 7: "Bairro Juliana: novo bairro, novos vizinhos, novos amigos, vida nova". ....	50
Figura 8: URBEL, 2013. INFORMATIVO DO PROGRAMA VILA VIVA NAS VILAS AEROPORTO E SÃO TOMAZ. ....	53
Foto 1 "córrego do onça transborda no bairro São Bernardo. Na foto, moradores nadam." (UAI, 15/12/2008) .....	44
Foto 2 "carroceiro despeja entulho nas margens do córrego Pampulha, na altura da vila São Tomaz: desrespeito torna previsões sombrias" (EM, 16/09/2011) .....	46
Fotos 3 a 8: tiradas pelo autor em 18 de março de 2014 na vila São Tomás durante a gravação da reportagem da TV Globo. ....	56
Foto 4: tirada pelo autor em 18 de março de 2014 registrando a convocação da audiência pública .....	72
Foto 5: Audiência Pública sobre os atrasos do programa Vila Viva nas vilas São Tomás e Aeroporto, realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 26 de março de 2014. ....	73
Mapa 1: Comparação entre 2011 e 2013. Imagens do Google Earth. ....	60
Mapa 2: Moradores removidos e reassentados via PROAS. Imagem construída a partir da ferramenta do Google maps e dos dados obtido junto à Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais. ....	67
Mapa 3: Detalhe do mapa anterior para melhor visualização dos reassentamentos via PROAS em BH. ....	67

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS MAIS UTILIZADAS**

**BNH** – Banco Nacional de Habitação

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

**CIMOS** - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais

**CCSB** – Centro Cultural São Bernardo

**CMBH** – Câmara Municipal de Belo Horizonte

**COMFORÇA** - Comissão de Fiscalização do Orçamento Participativo

**COMITECO** - Companhia Mineira de Terrenos

**EM** – Estado de Minas (jornal)

**GR** - Grupo de Referência para o acompanhamento e fiscalização das intervenções do empreendimento

**MPE** – Ministério Público de Minas Gerais

**PRODABEL** - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**ONG** – Organização Não Governamental

**PAC** Favelas – Programa de Aceleração do Crescimento para as favelas

**PGE** – Plano Global Específico

**PPL** – Pedreira Prado Lopes (aglomerado/favela)

**PPO** – Posto de Policiamento Ostensivo

**PROAS** - Programa de reassentamento de Famílias Removidas em  
Decorência da Execução de Obras Públicas

**PROFAVELA** - Programa Municipal de Regularização das Favelas

**UMEI** - Unidade Municipal de Educação Infantil

**UH** – Unidade Habitacional

**URBEL** - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

**SFH** – Sistema Financeiro de Habitação

**SUDECAP** - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

**ZEIS** – Zona Especial de Interesse Social

## INTRODUÇÃO

Minha entrada em campo foi iniciada em novembro de 2011, época em que as intervenções do programa de urbanização Vila Viva haviam sido iniciadas a pouco tempo. Em todas as etapas da pesquisa as contribuições da minha orientadora de pesquisa, a Bia, foram fundamentais. Foi por influência dela que alterei meu campo de pesquisa, antes localizado em ocupações urbanas não consolidadas na região do Barreiro, em Belo Horizonte. As dificuldades na pesquisa naquela área tornaram-na insustentável em função de disputas locais. Nesse momento ela me sugeriu conversar com a Edilene, que trabalhava em sua casa, já que na localidade onde ela vivia a prefeitura estava iniciando um programa de urbanização que removeria muitas famílias. Recordo-me bem de quando fiz o primeiro campo, junto às duas.

Nos campos seguintes, em geral, encontrava-me primeiro com Edilene e caminhávamos conversando sobre as modificações aceleradas pelas quais a região estava passando. Em pouco tempo assimilei os caminhos e acessos para cada lugar e criei autonomia em relação às relações estabelecidas com a ajuda da Edilene, conhecendo novas redes de vizinhos, os carroceiros, etc. Sempre que possível, conversava bastante com a Edilene, contexto em que conheci também seu marido Ronaldo e seu filho, Pedro. Nos campos iniciais privilegiei as conversas informais e as caminhadas pelas vilas, mas realizei algumas entrevistas, principalmente com moradores que aguardavam respostas da URBEL quanto à remoção. Foram seis entrevistados ainda em 2011, incluindo uma entrevista com a Edilene.

Recordo-me bem do quanto os moradores se referiam a mim como “o moço da universidade”. Num primeiro momento estranhei muito, pois eu nunca havia visto a mim mesmo a partir daquela categorização, além do mais sou o primeiro universitário da minha família. Interpretei essa “identificação” como reflexo de uma identificação maior de mim para com eles do que deles para comigo, já que junto com a “universidade” eles pareciam querer me tratar como se eu estivesse em posição hierarquicamente superior a eles, o que me constrangeu algumas vezes. Com o passar do tempo eles naturalizaram minha presença e só se referiam a mim pelo nome ou pelo apelido, Ric. A maioria dos moradores com quem conversei se esforçou para ser muito prestativa, apenas me cobrando com frequência explicações sobre o “porque” da pesquisa, para que exatamente ela serviria, e coisas do tipo; eu tentava retribuir ao menos buscando responder com honestidade que eu de fato não tinha

certeza de onde daria aquela pesquisa e que, sinceramente, eu gostaria que ela fosse utilizada para contribuir na garantia dos direitos, mas que não tinha “poder” de decisão e nem controle absoluto sobre os usos do meu trabalho, que seria público. Além disso, frisava sempre que seria uma pesquisa extensa, que provavelmente duraria toda a minha faculdade. Em muitos momentos o que eu sentia era angústia e horror pelo contato próximo às reclamações, demandas e relatos de moradores, que se sentiam multiplamente injustiçados e violados em sua subjetividade, além do cenário que muitas vezes se assemelhava às imagens de destruição provocadas em campos de guerra (incessantemente referidas no sistema escolar e midiático como algo distante, sem conexão direta com o território nacional brasileiro). Senti bastante incômodo no início também pelo fato de os moradores não associarem as intervenções - e os impactos mais íntimos e subjetivos que eles vinham sofrendo -, como violações aos seus direitos, mas como um acontecimento inevitável, espécie de fatalidade que eles não deviam contestar, mas que deviam pedir a Deus força para suportar. Sempre que eu conhecia algum morador, percebia logo que, antes de responder a quaisquer perguntas com alguma ênfase, eles tentavam entender se eu era “a favor” ou “contra” a prefeitura. Eu procurei enfatizar que eu não tinha ligação com quaisquer órgãos da prefeitura e que minha pesquisa era independente em relação às disputas locais, inclusive minha pesquisa abarcava entrevistas com os representantes e funcionários da URBEL para ter contrapontos que me ajudassem a entender o que estava acontecendo ali. Em minhas tentativas de não induzir as respostas dos entrevistados buscava não emitir juízos pessoais, e ao longo de toda a pesquisa senti que os moradores estavam à vontade comigo para falarem sobre os problemas, que se dividiam com as incertezas. Obviamente eu não me apresentava como “neutro”, nem tampouco “imparcial”, deixando claro que aqueles acontecimentos também estavam me afetando, e muito, mas que apesar disso minhas percepções e convicções não podiam definir totalmente meu trabalho. No geral, pouquíssima gente tinha clareza sobre o que exatamente estava sendo feito no bairro ou os objetivos a médio e longo prazo daquilo. Falavam sempre sobre as melhorias imediatas no que se refere ao saneamento básico, áreas de risco e à “segurança”, o que, em geral, eles frisavam ser do interesse de todos. Ao participar de reuniões com representantes da empresa urbanizadora percebi que aquelas referências – saneamento, segurança, eliminação de áreas de risco, etc. – eram as mesmas frisadas pela URBEL. Foram 25 visitas a campo entre novembro de 2011 e setembro de 2012, quando parei de registrar as

visitas individualmente. Continuei com visitas frequentes, definidas com base em reuniões convocadas para interlocução entre a URBEL e as famílias, quando algum morador me ligava comunicando alguma novidade, ou ainda quando sentia que estava me ausentando demais do campo.

No ano de 2012 passei a fazer parte da equipe de Assentamentos e Reassentamentos do programa de pesquisa Cidade e Alteridade – Convivência Multicultural e Justiça Urbana, onde estive por cerca de dois anos. A experiência foi muito rica, e o fato de o programa ser multidisciplinar e estar sediado na Faculdade de Direito me colocou em contato com discussões novas em relação às que eu tinha contato na antropologia até então, possibilitando a interlocução inclusive com os trabalhos do Pólos de Cidadania, outro programa de pesquisa sediado na Faculdade de Direito e que havia sido coordenado anteriormente pela professora Miracy, idealizadora e coordenadora geral do programa Cidade e Alteridade. Nesta pesquisa fizemos diversos campos no São Tomás e Aeroporto e no aglomerado da Serra (onde ocorreu a primeira experiência do programa Vila Viva), e entrevistas com dois coordenadores sociais e com o presidente URBEL à época (2012). Como nossa equipe tinha reuniões semanais pudemos discutir muitas impressões de campo. Como produtos da pesquisa elaboramos quatro relatórios para o Ministério Público de Minas Gerais, um dos financiadores, e estão disponíveis no site da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais<sup>1</sup> (Cimos). Cabe ressaltar também que residi na vila São Tomás por dois meses para fins de imersão etnográfica, entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, em um quarto alugado na casa da Dona Graça, período em que pude amadurecer minhas percepções sobre a pesquisa.

A organização final dos capítulos culminou em quatro, dois a menos do que o previsto originalmente. Fiquei impossibilitado de concluir os dois últimos, que pretendia ser os mais etnográficos, em função do acúmulo de atividades em que me comprometi neste semestre. Contudo, tenho os dados e o esboço dos planos dos capítulos, e pretendo publicá-los em forma de artigos.

A presente monografia está organizada da seguinte forma: no capítulo I procurei delinear os métodos utilizados e as referências teórico-metodológicas da pesquisa, bem como o processo de construção do objeto. Busquei demonstrar os desafios e

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://cimos.blog.br/cidade-e-alteridade/> consultado em 11/11/2014

avanços de uma pesquisa que esbarrou em diversas instituições e áreas do conhecimento, por vezes imbricadas em dilemas econômicos e políticos que perpassam disputas de poder e distintas autoridades específicas, além dos moradores locais eles mesmos e, nesse sentido, o lugar do etnógrafo em tais contextos e seu “papel”. Também apresento os conceitos **dispositivo** e **gentrificação**, concluindo com a inserção do contexto estudado no campo acadêmico.

No capítulo II realizei a localização espaço-temporal do campo etnográfico no contexto das pesquisas realizadas sobre questões relacionadas à habitação, favelas e urbanização na vila São Tomás, na cidade de Belo Horizonte e no Brasil, referenciando os trabalhos consultados. Descrevi a emergência e consolidação das vilas São Tomás e Aeroporto e suas transformações, da década de cinquenta do século XX à segunda década do século XXI, com o Vila Viva. Busquei evidenciar a historicidade das formas como o Estado vem tratando as populações residentes em favelas desde o século XIX, quando do início da república brasileira, até os dias atuais. Utilizei documentos oficiais, tais como o Plano Global Específico, legislações, folders e falas de representantes da empresa urbanizadora para situar o leitor nas inter-relações que desenvolvo nos capítulos seguintes.

O capítulo III enfatizou as representações sociais sobre vilas e favelas nos contextos nacional e local, utilizando para isso publicações oficiais e matérias jornalísticas institucionais e privadas, incluindo a “grande mídia”, como agentes produtores de imagens que são acionadas em diversos contextos e possuem efeitos de verdade e de poder específicos em cada momento. Em especial, para legitimar a construção da ideia de “inevitabilidade da intervenção”, expressão ou ideia que ouvi diversas vezes ao longo da pesquisa, como se impusesse o impedimento à crítica ao modo como a intervenção era concebida, planejada e executada. Neste capítulo evidenciei a importância e relevância da perspectiva da *antropologia nas Margens do Estado*, e a importância da superação de determinadas dicotomias.

Por fim, no capítulo IV, procurei situar os temas discutidos nos capítulos anteriores e apresentar minha intenção de dar continuidade aos trabalhos a partir de uma perspectiva crítica à epistemologia moderna e suas pretensões de universalidade, problematizando as relações entre “local” e “global” na geopolítica do conhecimento. Também analisei os usos do conceito “favela” e as justificativas estatais para os

objetivos e formas de intervir em tais localidades, constatando a repetição de determinados discursos, ainda que atualizados, do início do século XX a 2014.

## **CAPÍTULO I - Notas teórico-metodológicas e a construção do objeto de pesquisa.**

A pesquisa que deu origem a este trabalho monográfico teve início em inquietações a respeito da questão fundiária em Belo Horizonte. A minha aproximação às discussões relacionadas aos conflitos socioambientais se deu em 2010, quando passei a ter contato com movimentos sociais de luta pelo direito à moradia e à terra urbana e com coletivos de estudantes militantes no Movimento Estudantil. Também nessa época houve o lançamento do Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais<sup>2</sup>, o qual utilizei como fonte primária para conhecer os conflitos ambientais urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte. Foi assim que tomei contato com as ocupações urbanas Camilo Torres, Irmã Dorothy e Dandara. Um dos objetivos que me propus foi o de contribuir para a expansão do mapa e a consequente visibilização dos conflitos urbanos no município.

O objeto de pesquisa inicial seria a ocupação Irmã Dorothy, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Porém, as contradições internas à ocupação e ao campo em constituição me mostraram que os atores já estavam posicionados de maneira tensa e conflitiva entre si, sendo difícil a entrada de atores novos e, de alguma maneira, “independentes”.

A busca pelo reconhecimento social desta ocupação urbana esbarrava na representação fortemente estigmatizada pelas mídias impressas e televisivas, pautada na proibição das drogas e a sua consequência imediata, o tráfico ilegal de drogas ilícitas, que por vezes ocasionava conflitos violentos, com ameaças aos moradores e pesquisadores. A presença da Polícia Militar era fortemente rejeitada pelos moradores das ocupações, mas solicitada com frequência pelos moradores dos bairros ao redor. Isto polarizou ainda mais os dois lados, os de dentro e os de fora, com o prejuízo do estigma para os de dentro. Quem vinha “de fora” precisava lidar com a justificada desconfiança de um grupo que lutava pelo direito de resistir a uma lógica de criminalização, em que todos os de dentro eram potencialmente criminosos e perigosos, além de formalmente ilegais e ilegítimos. Neste contexto, minha inserção era ambígua, já que, por não fazer parte de nenhum partido ou movimento social, não

---

<sup>2</sup> Produzido pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) em parceria com o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del-Rei (NINJA/UFSJ) e com pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Disponível em: [conflitosambientalismg.lcc.ufmg.br](http://conflitosambientalismg.lcc.ufmg.br) consultado em 03/11/2011

era recebido previamente como um aliado. Eu era um estranho, que podia ser visto como potencialmente prejudicial às estratégias locais de resistência.

Diante deste quadro, com questões tão urgentes e riscos tão severos a uma população vulnerabilizada por violências múltiplas, entendi não ser o momento adequado para um trabalho etnográfico extenso. Foi nesse momento liminar que minha orientadora sugeriu uma visita de campo a uma favela de Belo Horizonte onde seria implementada uma política pública de urbanização de favelas, denominada Programa Vila Viva. A minha inserção no local foi facilitada por uma moradora da vila, Edilene, que trabalhava como empregada doméstica na casa de minha orientadora. Percebi imediatamente a diferença de estar com alguém da própria localidade, não para ser “informante”, mas para me ajudar a dialogar, a partir das socialidades já existentes entre eles, as questões que eu estava pretendendo abordar, bem como ter acesso às realidades que eles estavam vivenciando. A visita se estendeu ao longo do dia e estabeleci relações novas a partir das primeiras, que até hoje seguem se formando, muitas vezes pelas apresentações de “amigos de amigos” (BOISSEVAIN, 1974), e que me ajudaram a entender movimentos de manipulação de regras e a formação de coalizões para maior efetividade de determinadas reivindicações.

A pesquisa foi fruto também da participação, entre os inícios de 2012 e 2014, como orientador de campo na equipe de Assentamentos e Reassentamentos Urbanos do Programa Multidisciplinar Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana<sup>3</sup>. A equipe foi composta por estudantes de graduação, mestres e doutores nas áreas de arquitetura e urbanismo, ciências sociais, desenvolvimento urbano, direito e psicologia social. A metodologia empregada pelo programa é a de pesquisa-ação, que se envolve aos grupos pesquisados em ações de caráter informativo, de assessoria e de parceria com instituições estatais, como a Defensoria Pública e o Ministério Público de Minas Gerais (MPE). Dentre as ações desenvolvidas houve a publicação de quatro relatórios de pesquisa para o MPE, que serão consultados pelos promotores e são de

---

<sup>3</sup> Cidade e Alteridade é um programa interinstitucional, criado em 2012, sediado na Faculdade de Direito da UFMG e coordenado pela profa. Dra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin. O programa atualmente se organiza nas frentes: 1) Cultura de Rua; 2) Trabalho de Rua; 3) Comunidades Tradicionais; 4) Mobilização e Organização Social; 5) Reassentamentos Urbanos; 6) Estudo do caso de ocupações urbanas em Belo Horizonte e região metropolitana. O Programa contempla ainda as universidades UFV e UIT, contando com o apoio de órgãos, tais como: Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público do Trabalho, Fapemig e Proext/MEC.

livre acesso a moradores, pesquisadores, etc. por meio do site da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais<sup>4</sup> (CIMOS-MPE).

O campo científico (BOURDIERU, 1983) no qual estou me inserindo e que orientou a construção do objeto de pesquisa poderia ser chamado de antropologia do conflito urbano, que necessariamente se inter-relaciona com diversos atores sociais e disciplinas acadêmicas. Nesse sentido, o campo que se constitui permeia a antropologia e sociologia urbanas, as discussões sobre o direito à cidade na América Latina e a antropologia *nas margens do Estado* (ASAD, 2008; DAS & POOLE, 2008; O'DWYER, 2014). Para Bourdieu, os debates das ciências humanas estão profundamente imbricados à luta de classes dos contextos estudados pelos pesquisadores, e, sendo assim, as lutas no campo científico refletem outras disputas, tal como a sobrevalorização dos saberes técnicos e suas aplicações funcionais em detrimento dos saberes e interesses locais:

As estratégias da falsa ruptura exprimem a verdade objetiva de campos que só dispõem de uma *falsa autonomia*: com efeito, enquanto a classe dominante concede às ciências da natureza uma autonomia que se mede pelo seu grau de interesse nas aplicações das técnicas científicas na economia, ela nada tem a esperar das ciências sociais, a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa para a legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação. O desenvolvimento tardio e sempre ameaçado das ciências sociais aí está para testemunhar que o progresso em direção à autonomia real – que condiciona e supõe, ao mesmo tempo, a instauração de mecanismos constitutivos de um campo científico auto-regulado e autárquico – se choca, necessariamente, com obstáculos desconhecidos alhures: e não pode ser de outro modo, porque o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política, (BOURDIERU, 1983: 27)

Metodologicamente, o ponto de partida foi a análise situacional (VELSEN, J. VAN, 1967), ou seja, a valorização das situações de conflito entre diferentes normas sociais, buscando entender os atores sociais, não como meros ocupantes de status específicos, mas como sujeitos aptos a manipular as contradições das normas em conflito. Desse modo, busquei sempre fugir da questão da “unidade delimitada” do estudo, preferindo analisar a situação de conflito instaurada em toda a sua extensão possível, em contraposição a uma delimitação do objeto a “uma comunidade”, “ao vila viva” ou ainda “à cidade”. Como sugere Boissevain, “*nem os indivíduos nem as configurações particulares que eles formam podem ser consideradas separadamente*” (1974: 215). As inter-relações são dinâmicas, com entradas e saídas de atores sociais

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://cimos.blog.br/cidade-e-alteridade/> consultado em 04/09/2014

específicos, conformando um tempo de desenvolvimento próprio no processo. Nesse sentido, as discussões realizadas por Magnani ajudam a dimensionar melhor certas precauções necessárias à pesquisa etnográfica em contextos urbanos, de modo a escaparmos da tendência nos estudos urbanos, nas diversas áreas do conhecimento, de ocultar certo tipo de ator social urbano, ora vitimizado, ora invisibilizado, contrapostos à ênfase no papel determinante de outros atores sociais, ditos de ordem macro. Sem diminuir a importância e relevância dos trabalhos realizados, vários dos quais o próprio autor utiliza como bibliografia e, em certa medida, como ponto de partida, crítica:

Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade. (MAGNANI, 2006: 6)

Vários dos trabalhos mencionados pelo autor estão na base bibliográfica desta monografia. Eles apontam os efeitos de poder e impactos do modelo cidade-empresa-cultural (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000) na América Latina e, em especial, nas cidades brasileiras. Sem negar os problemas apontados nos diagnósticos acadêmicos sobre os impactos das intervenções urbanas e sua influência nas condições de vida da população, Magnani questiona:

Isso é tudo? Este cenário degradado esgota o leque das experiências urbanas? Não seria possível chegar a outras conclusões, desvelar outros planos mudando este foco de análise, de longe e de fora, com base em outros métodos e instrumentos de pesquisa, como os da antropologia, por exemplo? (MAGNANI, 2006: 8)

Este trabalho monográfico foi orientado nesta direção, ou seja, buscar pela via da etnografia as perspectivas locais, nas redes de sociabilidade, em um contexto de intervenção do Estado para urbanização de duas vilas que formavam uma favela de Belo Horizonte, incluída no Programa Vila Viva (CIDADE E ALTERIDADE, 2013a, 2013b, 2013c; MOTTA, 2009, 2010, 2012a, 2012b; PEREIRA et al, 2007; PIMENTEL, 31/08/2007) e, ao mesmo tempo, situar sócio histórica e politicamente o empreendimento, bem como a relação das famílias moradoras das vilas São Tomás e Aeroporto com as obras do empreendimento e com o Estado.

Vários trabalhos de campo foram realizados nos espaços de interlocução entre os moradores e o poder público. A noção de quase grupos (MAYER, 1966) foi importante para compreender as relações formadas nos diversos contextos de reunião entre as famílias e a empresa urbanizadora – tais como assembleias informativas,

reuniões do Grupo de Referência, do pré-morar e com os carroceiros – e também para ampliar o número de interlocutores com os quais fui constituindo relações. De acordo com Mayer, os quase grupos se distinguem dos grupos e das associações e constituem uma categoria adequada para situações que envolvem agrupamentos baseados em um conjunto de indivíduos em interação a partir de interesses comuns subjacentes a um “grupo potencial”, mas que não necessariamente se constitui, de fato, enquanto um grupo. Duas das diferenças são: 1) a centralização do quase grupo a um ego, dependendo de um indivíduo como foco organizador central e 2) “as ações de qualquer membro tornam-se relevantes apenas na medida em que são interações com o próprio ego ou seu intermédio” (MAYER, 1966: 140). Essa noção foi muito importante para perceber os membros do Grupo de Referência, também chamados multiplicadores, enquanto moradores importantes na difusão das informações centralizadas neles entre os moradores do restante das vilas.

A partir das redes constituídas no cotidiano ao longo das décadas, esses sujeitos detinham a legitimidade para reproduzir o discurso estatal sem serem vistos como executores da violência estatal, já que, em geral, também estavam sendo removidos e reassentados. O poder público soube explorar o associativismo prévio dos moradores de modo a legitimar sua entrada e também anunciar que a modificação de qualquer aspecto específico seria impossível devido a entraves técnicos de engenharia ou por questões burocráticas e orçamentais. Metodologicamente, essas interações foram analisadas a partir de determinados atores centrais nos espaços de interação, que possibilitaram o que Mayer caracteriza de séries de conjuntos-de-ação. Ao início dos trabalhos de campo recebi dos próprios técnicos da empresa urbanizadora o nome, telefone e endereço de determinadas lideranças consideradas por eles como representantes e interlocutores legítimos. A partir da interlocução com estes tornou-se possível a ampliação do número de atores com os quais construí relações e também perceber a importância desse tipo específico liderança com aquelas pessoas específicas, mantendo em uso as mesmas interconexões ao longo do tempo da intervenção.

Ciméa Bevilaqua (2003) discute questões metodológicas e éticas no que se refere às etnografias do Estado e aponta o caráter problemático de simplesmente se alertar ao leitor de que “os nomes utilizados são fictícios”, principalmente quanto a instituições e processos relativos à esfera pública, “cujos sujeitos não são indivíduos 'anônimos', mas políticos conhecidos, autoridades governamentais, magistrados e

funcionários públicos graduados” (BEVILAQUA, 2003: 5). O recurso se torna totalmente ineficaz e a identificação pode acontecer a partir das datas de cada gestão das instituições mencionadas ou ainda a partir de características dos indivíduos enquanto pessoas conhecidas e, como tal, facilmente reconhecíveis por qualquer um que tenha familiaridade com o contexto local.

Assim sendo, expus a cada entrevistado esta questão e acordei com eles a forma de utilizar seus dados e falas. Parte dos entrevistados, principalmente aqueles que receberam indenizações simples e, portanto, mudaram-se sem o monitoramento do poder público, aceitaram contribuir com a pesquisa apenas a partir do compromisso de que não seriam identificados/localizados. Já os atores sociais vistos como lideranças comunitárias eram menos reservados, autorizando o uso das falas e de imagens. De todo modo, optei por não apresentar os relatos que contenham acusações não publicizadas em outros meios (tais como matérias de jornal, televisão, internet, etc) ou que possam causar algum dano aos sujeitos de pesquisa, o que pode trazer consigo, nas palavras da autora, um

paradoxo evidente: sua relevância como documentos etnográficos é inversamente proporcional à possibilidade de incorporá-los à análise, sobretudo porque envolvem acusações a indivíduos que permanecem vivos e ativos na vida pública. (BEVILAQUA, 2003: 7)

A pesquisa contou, portanto, com os métodos clássicos da pesquisa etnográfica, a saber, observação participante, anotações em cadernos de campo, entrevistas semi-estruturadas – individuais ou em grupos -, conversas informais, produção de material visual – fotografias e vídeos -, levantamento de notícias veiculadas em mídias impressas, televisivas e *online*, levantamento de produção audiovisual de fontes diversas – tais como ONGs, órgãos municipais, campanhas políticas e autoprodução dos moradores -, além de um período de dois meses residindo na casa de uma família na vila São Tomás<sup>5</sup>.

## 1. Noções e conceitos

A noção de **dispositivo** (FOUCAULT, 1979) foi escolhida por ser apropriada para analisar o *estudo de caso detalhado* (VELSEN, 2010) aqui esboçado. Foucault forja o termo para:

---

<sup>5</sup> A imersão etnográfica foi estimulada e possibilitada por minha orientadora de pesquisa e de monografia, Ana Beatriz Vianna Mendes, A Bia. Essa experiência transformou minha percepção sobre as vilas e minha relação com os moradores das vilas, especialmente da São Tomás.

“demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.” (FOUCAULT, 1979: 244)

O dispositivo possui ainda uma função estratégica dominante, sendo necessário demarcar a natureza da relação que pode existir entre os elementos heterogêneos em questão. Sendo parte de um jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações nas funções e estratégias que fazem funcionar determinados discursos, o dispositivo é um tipo de formação que, “em um determinado momento histórico, [tem] como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 1979: 244) e, por meio dessa resposta, justificar ou mascarar práticas que permanecem mudas. Em resumo, o dispositivo são as “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (:246).

No caso aqui analisado, o imperativo estratégico que funciona como matriz do dispositivo é o “problema das favelas” que, no contexto local, é ainda esmiuçado em duas problemáticas principais: as enchentes sazonais que inundavam as casas, principalmente dos moradores próximos ao ribeirão que separa as vilas entre si, e a violência urbana, agregada no discurso da guerra às drogas.

Como explicita Deleuze (1996), dimensões do dispositivo destacadas por Foucault são as curvas de visibilidade, ou seja, linhas de luz que formam figuras inseparáveis, ainda que variáveis – e não uma luz que ilumina objetos pré-existentes; e as curvas de enunciação, que remetem a linhas nas quais se distribuem as posições entre os elementos do dispositivo. Além destas, Foucault ressalta as linhas de força, produzidas em toda a relação de um ponto a outro do dispositivo, onde entra a dimensão do poder, produzindo linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura e de fratura, sendo todas linhas de variação. Para Deleuze, podemos repartir todas as linhas de um dispositivo em dois grupos: as linhas de estratificação ou de sedimentação e as linhas de atualização ou de criatividade. Utilizo ao longo da monografia trabalhos acadêmicos que demonstram o surgimento e estratificação de determinadas questões ligadas à habitação em favelas e os reaparecimentos atualizados das mesmas questões e soluções propostas aos problemas previamente estratificados.

A noção de **discurso** que utilizo aqui também está referida em Foucault, e, como tal, sua análise partirá do pressuposto de que toda produção de discurso possui

instrumentos de controle, seleção, organização e distribuição por procedimentos que “têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1970: 9). Tendo em vista procedimentos de exclusão, interdição, separação e rejeição a análise buscou compreender o suporte institucional que dá apoio à chamada vontade de verdade, revestida num aparato técnico-burocrático de legitimidade técnico-científica das prescrições da empresa urbanizadora, contrapostas às falas e demandas dos moradores por permanecerem em habitações não-verticais e não-padronizadas e terem condições de manter práticas sociais, tais como a criação de animais de abate e a cultura carroceira. As noções de acontecimento, de série, de regularidade e de condição de possibilidade estarão subentendidas, em contraposição às análises clássicas, que privilegiam noções como a de criação, de unidade, de originalidade e de significação, especialmente quando a análise se ativer aos conteúdos históricos da questão das favelas. Essa abordagem se coaduna com o objetivo proposto de realizar uma análise situacional sem pré-definir uma unidade estabelecida de análise, buscando nos conteúdos históricos séries de repetição de determinados discursos, que reaparecem em novas condições de possibilidade, visando encontrar a regularidade de determinados acontecimentos e analisar como eles transformam as ações seguintes, bem como o próprio dispositivo e seus discursos. Nesse ponto, as duas principais autoras nas quais me apoiarei serão Licia do Prado Valladares (2005) e Luana Dias Motta (2009, 2010, 2012a, 2012b). A primeira por reconstituir a invenção do conceito Favela no Brasil, de sua gênese à sua inserção *online*, passando pelas políticas sanitaristas e de remoção, pelos trabalhos de ordens religiosas e a transição para o campo das ciências sociais; a segunda por realizar um histórico das políticas públicas de remoção, reassentamento e urbanização de favelas no Brasil e, em especial, em Belo Horizonte, situando sócio histórica e politicamente o programa Vila Viva, de Belo Horizonte.

Por fim, utilizo de maneira heterodoxa a noção de *gentrificação*. Considero-a relevante por sua utilidade em ilustrar processos em distintas e simultâneas escalas, que podem ser complexificadas posteriormente a partir dessa análise inicial. Heitor Frúgoli Jr resume o conceito *gentrification* como a

criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de

## 2. O contexto e o campo

Hoje o Mapa dos conflitos ambientais se transformou em Observatório dos Conflitos Ambientais<sup>6</sup>, as ocupações urbanas se proliferaram ainda mais na região metropolitana de Belo Horizonte e as estratégias de organização e resistência das ocupações se diversificaram. Os relatórios elaborados para o MPE foram anexados ao mapa, que inclui a descrição do conflito instaurado. Apesar de críticas gerais e específicas, a política habitacional voltada às favelas de Belo Horizonte continua pautada no modelo do Vila Viva, como se fosse possível aplicá-lo a todas as 169 vilas da cidade (PBH, 2012), atingindo 450.000 cidadãos em mais de 130 mil domicílios que a prefeitura caracteriza como assentamentos precários.

A presente pesquisa se orientou no sentido de averiguar quais eram as reivindicações por mudanças realizadas pelos moradores no contexto anterior ao do diagnóstico das vilas (2001) e anterior ao início da intervenção (2011) contrapondo ao que de fato passou a ser executado após a aprovação do financiamento (2010). As mudanças nos projetos de futuro decorrentes da alteração no contexto local e das possibilidades de executá-los foram discutidas com os moradores, visando compreender as possibilidades das instâncias de participação e as escolhas realizadas pelos moradores após conhecer esses espaços. Para isso foram realizadas, ao longo da pesquisa, investigações sobre participação popular, sobre as representações sociais e midiáticas sobre as vilas, sobre os projetos de futuro das famílias e agenciamentos para executá-los, bem como sobre a questão dos carroceiros, encapsulados na categoria indiferenciada de beneficiários. A análise do diagnóstico das vilas também foi realizada para comparar o que de fato foi incluído no projeto executivo do empreendimento, pontuando as questões abordadas pelos moradores nas entrevistas realizadas entre 2011 e 2014.

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/> consultado em 30/08/2014

## **CAPÍTULO II - As vilas São Tomás e Aeroporto e o Programa Vila Viva**

### **1. As vilas são Tomás e Aeroporto em Belo Horizonte**

As vilas São Tomás e Aeroporto estão localizadas na região Norte de Belo Horizonte, atrás do aeroporto da Pampulha, com acesso por meio das avenidas Portugal e Dr. Cristiano Guimarães, conhecidas antigamente por “vila dos cabritos”. Naquele tempo, em meados do século XX, o córrego não era poluído, sendo utilizado para pesca e lavagem de roupas. Fazem divisa com os bairros Heliópolis, Itapoã, São Vicente, São Bernardo, Planalto e São Tomás (FAVELA É ISSO AÍ, s/d(a; b).

A ocupação inicial aconteceu entre as décadas de 1950 e 1970, momento de avanço da indústria brasileira e intenso crescimento urbano, com adequação dos espaços das cidades à circulação de automóveis (MOTTA, 2010), processo que se desenvolveu conjuntamente ao aumento da favelização nas cidades. A questão fundiária das vilas foi remontada a partir de depoimentos dos moradores, do levantamento realizado pelo Plano Global Específico (PGE) das vilas, por trabalhos acadêmicos e notícias de jornais. Atualmente localizadas em uma Zona de Especial Interesse Social (ZEIS), as duas vilas tiveram processos de ocupação inicial um pouco distintos. Os moradores da vila São Tomás afirmam que sua ocupação foi iniciada pela compra de terrenos da empresa Fayal S/A, de propriedade do grileiro Antônio Luciano, por famílias oriundas do interior do estado e de outras vilas da cidade. Descobriu-se que o loteamento fora realizado de modo ilegal, pois corresponde a um parcelamento não aprovado, cuja planta estava disponível na Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL). A empresa contratada para realizar o PGE reconheceu que

impõe-se a necessidade deste PGE sugerir meios de se regularizar juridicamente a situação dos moradores da vila, eventualmente mediante aprovação de parcelamento, o que será tanto mais fácil quanto menos problemática for a questão relativa aos títulos aquisitivos. A planta não aprovada da Vila São Tomás foi elaborada pela LASA Engenharia e Prospecções S/A e abrange toda a área da Vila, dentro do limite atual da ZEIS, excepcionando-se apenas dois quarteirões situados entre a Av. Maria Amélia Maia e a Rua São Tiago. (URBEL, 2001: 104)

A vila Aeroporto, também conhecida localmente como “ilha”, teve a ocupação iniciada na década de 1960, durante a gestão municipal do prefeito Celso de Melo Azevedo, quando o terreno teria sido adquirido pelo poder público para reassentar os moradores removidos da Pedreira Prado Lopes que, no entanto, resistiram em função

da distância entre as localidades. Em 1962 o prefeito Jorge Carone teria doado terrenos na área, porém sem regularizar as moradias, o que fez com que vários moradores de favelas da capital se instalassem ali. De acordo com o PGE, essas doações coincidem com outros lotes, também doados, no bairro São Bernardo, que demandavam a regularização na época do PGE. Além dessa ocupação parcialmente espontânea, houve aquisição de terrenos na vila Aeroporto pela compra de lotes da Fayal S/A e da Companhia Mineira de Terrenos (COMITECO), sem registros de parcelamentos oficiais, aprovados ou não.

Em fins da década de setenta, com o início do processo de redemocratização do Brasil, os moradores passaram a se organizar em Associações Comunitárias, sendo duas na vila São Tomás e uma na vila Aeroporto. Elas foram cruciais para o processo de organização e mobilização das famílias na reivindicação coletiva por obras de infraestrutura - como asfalto, energia elétrica e saneamento básico – e equipamentos públicos – creche, postos de saúde, Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) e Centro Cultural. De fato, a região conta com muitos equipamentos públicos e boa parte da região é urbanizada satisfatoriamente, conforme constatado inclusive no PGE, na virada do século. As duas questões jamais regularizadas, no entanto, foram questão fundiária e a ambiental, especificamente no que se refere ao córrego do Onça, cuja bacia é a segunda mais importante do município. Partindo da lagoa da Pampulha, ele se estende por 17km e desagua no rio das Velhas. As áreas próximas ao córrego nas duas vilas foram classificadas no PGE como de risco de deslizamento, solapamento e inundação em função da encosta. As áreas mais distantes do córrego, porém, foram consideradas “bastante urbanizadas”, não sendo atingidas pelas enchentes. O diagnóstico à época, atendendo às solicitações e proposições dos moradores organizados, foi a limpeza e canalização do trecho que atravessa as vilas, possibilitando a criação de uma ponte para veículos, que possibilitasse a interligação entre as vilas São Tomás e Aeroporto.

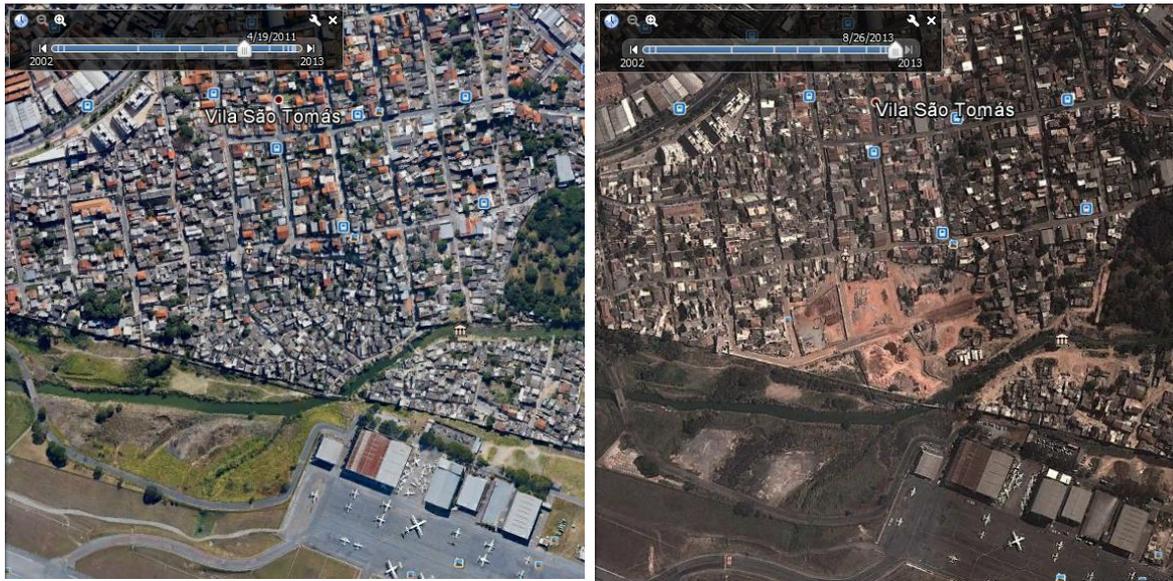


Figura 1 - Imagens do Google Earth comparando os anos de 2011, antes do início do empreendimento, e 2013, após as remoções. Observar o traçado dos bairros São Tomás e São Bernardo anterior à intervenção e a área de remoção e urbanização, nas vilas São Tomás e Aeroporto, totalmente pautada no traçado da chamada “cidade legal”.

## 2. A intervenção nas vilas

A Política Habitacional em Belo Horizonte atua desde 1994 (PBH, s/d) em dois eixos: Produção de Morádias de Interesse Social (conjuntos habitacionais e loteamentos públicos) e a Intervenção Urbana em Assentamentos Precários (o chamado Vila Viva, voltado à urbanização de vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social construídos antes de 1993). Todos os trabalhos são elaborados e fiscalizados pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Em 2005 a prefeitura de Belo Horizonte (PBH) executou o primeiro Vila Viva, no Aglomerado da Serra (MOTTA, 2009, 2010, 2012a,

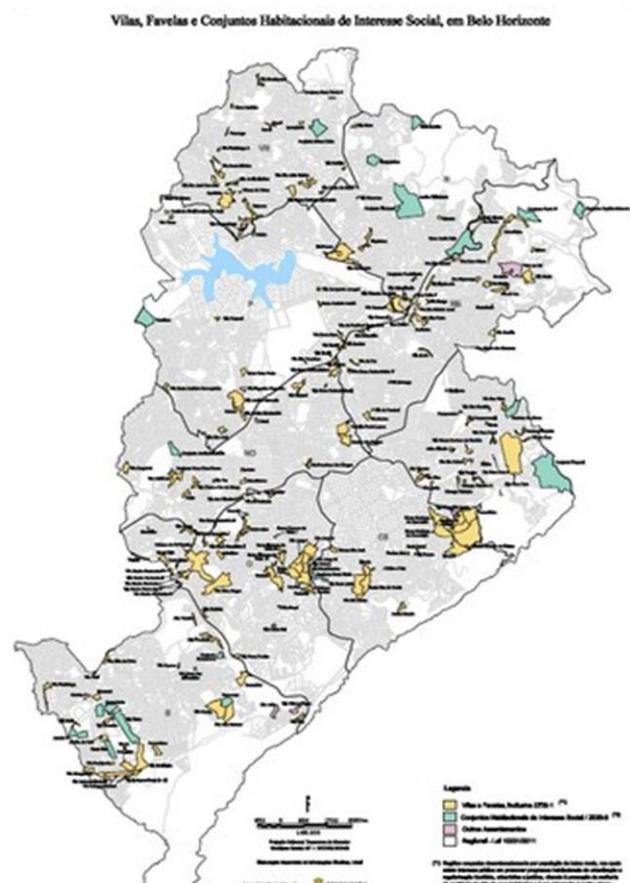


Figura 2 Mapa da área de atuação da URBEL. 2010. (215 localidades com 451 mil moradores. Todas as áreas são definidas pelo Plano Diretor de Belo Horizonte como ZEIS-1 ou ZEIS-3: vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social construídos antes de 1994).

2012b; PÓLOS DE CIDADANIA, 2011), na zona Centro-sul da cidade.

O Vila Viva baseia suas ações no planejamento com enfoque holístico, típico do modernismo e sua herança positivista, que hierarquiza as ações e promove a previsão de médio e longo prazo para as intervenções – crença no progresso linear e no discurso universal. A contradição, porém, começa a tornar-se visível pelo ritmo e modelo das intervenções (grandes empreendimentos para construção de habitações verticais e padronizadas, suficientes para o reassentamento de cerca de 40% dos removidos), que desconsideram a dinamicidade na construção e reforma de habitações populares e também o avanço das ocupações irregulares, posto que a concentração fundiária não é combatida e o déficit habitacional cresce. De acordo com Motta (2010) os três principais tipos de conflitos relacionados à moradia nas áreas urbanas são ocasionados a partir da reivindicação do direito de permanência na localidade, da reivindicação por melhorias infra-estruturais - principalmente de saneamento, ou motivados por obras de urbanização que impliquem em mudanças nos modos de vida dos moradores.

A principal exigência para a execução do Vila Viva é a existência prévia de um Plano Global Específico (BRANDENBERGER, 2002), doravante PGE, que se apresenta como um instrumento de planejamento holístico com o objetivo de apontar como, quando e onde investir. Na prática, os PGEs são diagnósticos de vilas e favelas compostos por textos, planilhas, gráficos, mapas e fotos que visam criar um panorama geral das áreas e munir o poder público de informações para a integração socioeconômica, físico-ambiental e jurídico-legal na cidade. De acordo com dados atuais da prefeitura, existem 65 PGEs concluídos, abarcando 93 vilas, além de cinco em andamento (PBH, 2014). Nas vilas São Tomás e Aeroporto o PGE foi elaborado em 2001, dez anos antes do início da intervenção, em uma época em que nem mesmo o Vila Viva existia, tornando determinadas propostas desatualizadas em relação ao contexto atual. Os PGEs são elaborados por empresas privadas de consultoria e assessoria social. A partir da leitura e análise do documento de 2001, pode-se imaginar que os participantes tiveram bastante autonomia no que se refere a possibilidades de críticas e de proposição. Na parte metodológica, o documento sugere a ação interativa entre técnicos e população, onde cada um se constitua enquanto sujeito, ou seja:

“a) da perspectiva da equipe técnica, o conhecimento acerca da realidade a ser trabalhada e da população nela inserida, propicia uma correta abordagem

da mesma e facilita o processo de interação técnico-população. Assim, a investigação dos aspectos sócio-culturais da população, compreendendo suas concepções e valores a respeito de família, segurança, higiene, conforto, do individual e do coletivo e, ainda, de sua estruturação interna, da rede de relações formais e informais ali estabelecidas, deve ser uma constante durante todo o processo de intervenção, a fim de garantir sua eficácia.

b) Do mesmo modo, é importante a incorporação aos projetos, dos conhecimentos já obtidos pela população ao longo da construção daquela comunidade. É ideal que estes assimilem o máximo possível a cultura individual e coletiva, tanto no que se refere aos aspectos sócio-culturais, quanto à construção empreendida ao longo do processo de ocupação, do espaço físico, individual e coletivo, preservando sua identidade. Considera-se que a favela é o espaço efetivamente construído pelo seus habitantes. O desconhecimento ou desconsideração dos valores construídos pela comunidade, poderá gerar soluções conflitantes, prejudicando ou fazendo com que os moradores modifiquem projetos originais, considerados inadequados;

c) Quanto à população objeto da intervenção, deve ser considerada como elemento que, mobilizando-se e organizando-se em torno de questões concretas relacionadas à sua realidade, discutindo coletivamente essas questões na busca de soluções, amplia o conhecimento de si e da própria realidade, o que irá gerar ações qualitativamente superiores do ponto de vista de sua eficácia social e uma inserção mais consciente nessa realidade.” (URBEL, 2001: 5)

O documento alerta ainda para que a intervenção seja co-participativa, para que seja incorporada pelos moradores:

“Nenhum processo de urbanização obterá bons resultados sem a participação e o envolvimento da população, que deverá atuar como sujeito do processo de construção de um espaço modificado, espaço por ela criado e implementado a partir de suas condições objetivas, suas lutas e reivindicações. Daí a ênfase na mobilização, na organização, na formação e na informação.” (URBEL, 2001: 5)

O diagnóstico aponta como questão prioritária a regularização fundiária para ambas as vilas, além do saneamento básico, especialmente a implantação de redes coletoras de esgoto, reduzindo a degradação ambiental do córrego do Onça e o risco de enchentes. Consta também a demanda por construção de área de lazer próxima ao córrego.

Em entrevista ao então diretor-presidente da URBEL, no âmbito da pesquisa Cidade e Alteridade, quando questionado sobre as propostas contidas no PGE para as vilas e o projeto efetivamente executado, além das transformações nas condições de vida entre 2001 e 2011, que poderiam haver transformado o contexto e as demandas, ele responde:

“O PGE... a principal dificuldade dele é mobilizar, porque hoje, e nessa época que você faz referência ele, não... não havia um Vila Viva pra gente fazer e dizer “olha, o PGE vira isso”. Então para você mobilizar uma comunidade em cima de um instrumento de planejamento não é fácil, porque não era da nossa cultura... não é da nossa cultura. [eles dizem] “mas eu quero saber...” muitas reuniões é assim “mas eu quero saber é da obra! mas você tá falando de quê? você está falando de papel, da gente construir isso daqui...eu quero saber é da obra, meu esgoto está arreventado é ali!”.

(...)

[Sobre os dez anos de distância entre o PGE e a execução] Por exemplo, então, a vila mudou? Mudou, mas ela até que não foi... a mudança não foi tão complexa... se você pegar o que está acontecendo lá no São Tomás, a grande remoção e reassentamento de famílias ali é que todas estão na mancha de inundação do córrego, então não há discussão, vamos dizer assim, não há aquela discussão assim: “será que precisa tirar essas pessoas?” Não! precisa. Precisa, sim! Porque ali, todo ano, você que conhece lá... todo ano tem um atingimento... dentro da obra agora, teve lá, duzentos e cinquenta barracões atingidos, lá. E também nós tiramos, considerando a *extravasão* máxima do vertedouro da barragem, porque antes a barragem deixava passar 80m<sup>3</sup>/s, a *vasão* máxima dela é aquela tulipa ali... naquele vertedouro... com a obra, assim, ela deixou passar 140... hoje ela já passa 140, então, o seguinte: a barragem está em segurança... ela não vai ser galgada, porque a barragem é de terra e a água não pode passar por cima dela. Se passar, rompe e aí é um problema! Então a barragem está em segurança, só que antes, é o seguinte, só passava 80... então a inundação do São Tomás era uma... Hoje passa 140... então a inundação do São Tomás é maior. A barragem está em segurança, em compensação não existe risco da barragem romper e o São Tomás e morrer todo mundo lá. Então, lá... hoje, a *vasão* é muito maior... então mais se justifica ainda... e aí nós calculamos essa remoção e reassentamento, essa abertura dos parques ao longo ali, baseado nessa nova *vasão*. (...) Então o São Tomás, mesmo assim, as adequações daquilo que desatualizou, do PGE para a época que vai ser feita a obra, isso aí é acomodado dentro dos grupos de referências da obra, da obra propriamente dita. Então nós discutimos o projeto. Quando o PGE estava antigo, tudo bem, mas chegou um momento lá na São Tomás que nós fomos discutir projetos com eles, então foi uma forma de rever. É claro que, conceitualmente, algumas coisas eram imutáveis! por exemplo: tem que remover as pessoas das áreas de risco, e não tem conversa, isso daí nós não vamos mudar! Agora, vamos precisar de um ou dois BH Cidadania? Onde ele

vai ser? Essa rua nós fazemos ou vamos deixar para depois? Então essa... na época... na hora do projeto, alguns conceitos nós mudamos, inclusive contrariando alguma coisa do PGE, porque ele estava desatualizado, sim. Como você tinha comunidade bem mobilizada lá, era legítimo, ouvindo ali, mudar. (...)

Então a forma de, vamos dizer assim... é... Combater esse... esses... essa defasagem entre PGE e a obra é na obra. Porque na hora que vem a obra é a hora, então, que você vai fazer o projeto executivo... então durante o projeto executivo você vai pegar o PGE, é claro que conceitualmente o projeto executivo vai em cima do PGE, mas muita coisa pode ser mudada ali. Você faz o projeto, ainda pode sobrar algum acerto para fazer? Sim! quando é que ele é feito? No grupo de referência durante a execução da obra! Então, a participação, ela está presente, ela tem que estar presente em todos os momentos. O grupo de referência também não é um grupo só de moradores, só... não! o grupo de referência está aberto. Defensoria pode ir? Pode ir! ONG pode ir, instituto Pólos. O grupo é aberto. Qualquer ator que atue na comunidade pode. Não tem nenhuma restrição, igreja, pode, é aberto. Não tem número específico. Um cidadão que nunca foi pode chegar lá na reunião e se manifestar? Pode, não tem problema nenhum! PGE tem um grupo de referência durante a execução do projeto, tem um grupo de referência que, praticamente é o mesmo da hora da obra. E, às vezes, quando o aglomerado é grande a gente faz mais de um grupo de referência para discutir as particularidades de cada local, então na Vila Santa Lúcia tem 3, na Cabana tem 5! e reconhecidos por eles, não é a gente que estabelece. Eles que, como comunidade, é que se mais ou menos se identificam lá.” (Entrevista gravada com o diretor-presidente da URBEL em 23/05/2012 no âmbito da pesquisa do Cidade e Alteridade)

Com o perdão da extensão da transcrição, o trecho selecionado se justifica por apontar questões que serão abordadas ao longo de toda a monografia. O **dispositivo** começa a se esboçar a partir das normativas técnicas e diagnósticos sociais que almejam construir a imagem da inevitabilidade do empreendimento nos moldes em que é apresentado. As dificuldades são apresentadas como causadas sempre de um ponto exterior à instituição ou a partir de uma definição técnica inquestionável. Ou seja, se os moradores de favelas não são facilmente mobilizáveis, é porque não conseguem incorporar a ideia de planos de médio prazo e longo prazo, reivindicando soluções imediatas. Se a vasão da barragem (da Pampulha) aumentou (e não se diz que o aumento da vasão foi em função de obras públicas), se há

inundações e enchentes, se há prejuízos materiais às famílias, deve-se remover as famílias, isso não entra em negociação. O modelo de intervenção, o número de remoções e o modelo de reassentamento nem são considerados questões legítimas a serem discutidas. A partir da junção de discursos que transformam “o problema” em fato e “a solução” em dívida, a supremacia do discurso técnico se impõe como inquestionável, num suposto consenso que abole o dissenso e o político. Além disso, sobre a questão da participação via Grupos de Referência, ao longo de toda a etnografia os moradores afirmaram o caráter informativo das reuniões. Nessa instância, que não tem caráter deliberativo, seus membros são denominados *multiplicadores*, por serem tornados pontos de concentração das informações vindas da URBEL, e pontos de dispersão destas informações nas vilas onde vivem.

### **3. Questão fundiária e favelas no Brasil e em Belo Horizonte**

Belo Horizonte foi a primeira cidade planejada da república brasileira. Entretanto, já à época de sua construção, entre 1893 e 1897, surgiram as duas primeiras áreas de ocupação irregular (GUIMARAES, 1992) decorrentes da inexistência de condições adequadas de moradia para os operários responsáveis pela construção da nova capital mineira. A então Comissão de Construção proporcionou moradia para apenas 200 operários e, em 1895 as ocupações Córrego do Leitão e Alto da Estação estavam constituídas com cerca de 3.000 pessoas, boa parte delas aproveitada como mão-de-obra barata. Em 1902 ocorreu a primeira remoção de favela em Belo Horizonte e a subsequente construção da primeira área destinada aos trabalhadores operários. Essa primeira remoção ocorreu em uma época em que não faltavam terrenos desocupados na capital, principal argumento para a atual verticalização nos reassentamentos. Motta (2010) realiza um histórico das políticas nacionais para habitação no Brasil, iniciadas na conjunção de acontecimentos do fim do século XIX: fim da escravidão e decorrente expulsão dos negros do campo em direção às cidades, chegada de imigrantes europeus para o campo e a nascente indústria brasileira. Isso gerou impacto principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, acarretando demanda inédita por moradia, transporte e demais serviços urbanos.

Atualmente, segundo estimativas do IBGE, Belo Horizonte possui 307 mil pessoas em favelas, o que corresponde a 13% de sua população (PBH, 2012) constituindo 4,3% das favelas do Brasil. De outra parte, a prefeitura de Belo Horizonte

considera que 450 mil pessoas residem em habitações com alguma precariedade, distribuídas em 169 áreas consideradas irregulares, o que corresponde a aproximadamente 19%.

Ao analisar a questão fundiária no Brasil, James Holston afirma que esta passa historicamente por grileiros, advogados, juízes, moradores e litigantes. Remonta a 1850, passando pela lei de terras e é, em toda a sua história, composta por ficções jurídicas e ações extralegais baseadas num fosso entre a lei formal e a lei aplicada (HOLSTON, 1993). Sua análise sobre a “periferia fora da lei” aborda a cidade de São Paulo, em que, desde a década de 1940, seus moradores passaram por processos muito parecidos ao das vilas aqui analisadas, e que constituem um dilema: sem recursos para a compra de uma casa, precisam construí-la, mas para obterem um lote acessível, precisam ir cada vez mais para a periferia, alvo de especuladores das imobiliárias e companhias de transporte, que viabilizam o acesso e incentivam a compra. O município de São Paulo chegou a ter a estimativa de 65% da população vivendo em residências que violavam leis de propriedade ou de moradia no início da década de noventa. A moradia ilegal se transformou, portanto, no modo clássico de os trabalhadores acessarem a terra e a moradia, para posteriormente tornarem-na legal. O autor defende que “a lei da terra brasileira foi montada para ser cúmplice dessa prática, e não um obstáculo a ela” (HOLSTON, 1993: 4). De acordo com ele,

As pessoas compram lotes em quatro tipos de loteamentos, que geralmente aparecem lado a lado na mesma vizinhança: o legal, o irregular, o clandestino, e o grilado. O mais raro dos quatro tipos, o loteamento legal, está de acordo com todas as especificações físicas e burocráticas. O loteamento irregular é - ou melhor, parece ser-legitimamente adquirido e registrado por seu empreendedor imobiliário, mas viola, de alguma maneira, as regras de parcelamento da terra. O loteamento clandestino não é registrado no cartório de imóveis, apesar de a terra poder ser de posse legítima de seu empreendedor. Já o loteamento grilado é vendido por um grileiro, que se diz o titular da terra, e o faz através de uma série de artimanhas. (HOLSTON, 1993: 4-5)

Nas vilas São Tomás e Aeroporto há relatos de pessoas que trabalhavam mantendo a segurança dos negócios da Fayal S/A, com funções correlatas ao que Holston define como capangas, atuando nos primeiros anos garantindo que não ocorressem ocupações espontâneas.

Ermínia Maricato caracteriza o urbanismo - entendido como planejamento e regulação urbanística – brasileiro como descomprometido com a realidade concreta, privilegiando uma parte da cidade e, assim, produzindo “ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” (MARICATO, 2000), ou seja, uma ordem que pretensamente se refere a todos os indivíduos, porém aplicadas a “uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios” (:122) a partir de uma matriz modernista/funcionalista que, desconsiderando os contextos socioambientais locais, produziu historicamente a exclusão urbanística e teve o processo de intensificação da favelização nas cidades brasileiras como efeito.

As duas vilas aqui analisadas foram objeto de alguns trabalhos de ONGs (Favela é Isso aí, s/d(a; b); 2012), grupos de pesquisa (Cidade e Alteridade, 2013 a;b;c) e uma monografia de graduação em Geografia (SOUZA, 2003). A monografia citada trata de um registro analítico, cujo título anuncia um aspecto pouco trabalhado nas intervenções em curso na região, o espaço público: “*O passado, o presente e o futuro do espaço público na vila São Tomás. A busca da cidadania pela via cultural*”. O autor, que também é morador do bairro São Tomás, é um importante interlocutor na pesquisa, não só por ter se debruçado sobre questões relacionadas ao urbano e às periferias dos centros urbanos, mas por ter acompanhado ao longo de toda a sua trajetória de vida as transformações nos projetos de futuro, propostas de intervenção e mudanças físico-estruturais na localidade. A pesquisa foi concluída em 2003, dois anos após a finalização do PGE, incorporando as informações produzidas pelo documento e realizando análises críticas sobre o conteúdo.

Buscando resgatar a dimensão política do espaço, o autor baseia-se em Henri Lefebvre, para o qual

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias.” (Lefebvre, 1976: 31).

Para Souza, os primeiros espaços públicos nas vilas foram as igrejas, por meio das quais os moradores se organizaram ao longo da ditadura militar para reivindicarem melhorias infraestruturas e se defenderem coletivamente de ações de

despejo. Além desses espaços, foram se formando times de futebol, que jogam ainda nos campos do São Tomás e do São Bernardo, uma rádio comunitária - a chamada “rádio porão” – além de bandas e atividades artístico-culturais que buscavam romper com a orientação herdada do regime militar, em que permanecer nas ruas era estar vulnerável a ações de abuso policial. A relação de disputa entre o militarismo e a cultura se deu também de outras formas, como exemplificado na criação do Centro Cultural São Bernardo (CCSB), amplamente utilizado pelos moradores das vilas. O espaço foi conquistado a partir da mobilização dos moradores para transformar um antigo Posto de Policiamento Ostensivo (PPO) em centro cultural, com resultado favorável em 1994. Em 2004 foi conquistada no Orçamento Participativo a construção de uma nova sede<sup>7</sup>. Por servir de ponto de encontro para famílias moradoras, pesquisadores e artistas o espaço foi cedido inclusive para as Assembleias Gerais convocadas pela URBEL, sendo estratégico por estar muito próximo às vilas, em área totalmente urbanizada.

#### **4. A participação**

O PGE, como foi dito, é um diagnóstico de cada vila contendo a hierarquização das intervenções sugeridas. Ele é um componente necessário para a execução das intervenções em vilas e favelas de Belo Horizonte, tornado obrigatório para aprovação e execução dos projetos de urbanização. Entretanto, o próprio Plano Global Específico precisa ser obrigatoriamente “conquistado” no Orçamento Participativo. Depois de conquistado o PGE, os moradores precisam se mobilizar nos Orçamentos Participativos seguintes para conseguirem a aprovação de recurso para o financiamento das obras, em princípio, listadas e hierarquizadas no PGE.

Muitas críticas são feitas atualmente ao Orçamento Participativo, no que se refere à falta de transparência no processo e o privilégio a bairros que possuem lideranças com maior influência política, notadamente aqueles que também atuam como assessores e cabos eleitorais de políticos locais (Ânimo Leve, 2010). A amarração da participação popular a instrumentos produzidos pelo próprio poder público, e que devem ser disputados nas instâncias participativas, entretanto, acaba

---

<sup>7</sup> Tal espaço foi importantíssimo para a presente pesquisa, onde foram realizadas algumas das entrevistas e análises de documentos internos do CCSB, além de conversas informais com funcionários que acompanharam as mudanças das vilas desde as reuniões de 2000 e 2001, época de elaboração do PGE, até as mais recentes, no período da intervenção do Vila Viva.

promovendo a hierarquização e exclusão de possibilidades em decorrência de uma perversa simbiose entre o poder público e os representantes de vilas e favelas. Não obstante estas críticas, o OP pode ser lido em função da abertura do orçamento público à participação popular, representando uma possibilidade e modelo de democratização dos recursos públicos. Nas entrevistas realizadas com técnicos e gestores da URBEL o tema da participação foi sempre enfatizado. Questionados a respeito de uma metodologia específica para esta participação popular, que norteasse a atuação dos técnicos, e tendo em vista a escassez de informações disponíveis sobre isso, a URBEL disponibilizou à equipe do Cidade e Alteridade um guia interno que serve de orientação aos técnicos na formação e implementação das políticas públicas de urbanização e reassentamento de populações.

O documento é iniciado com o anúncio de que o município de Belo Horizonte tem como diretriz o incentivo à participação popular, nas fases de elaboração, implementação e de controle das políticas públicas, de modo direto ou indireto, por meio do incentivo à criação de instâncias como os Conselhos Municipais, o Orçamento Participativo, a Comissão de Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA) e as Conferências Municipais. Tida como um método de trabalho para as ações, a participação popular seria dividida em dois momentos:

- 1) participação direta: *“com rodada de reuniões informativas e setoriais com toda a comunidade do território viabilizando a universalização de informações utilizando tecnologias sociais como: teatros, cartilhas, etc”*
- 2) Participação indireta: *“com o fomento, formação e consolidação dos grupos de referência - GR que acompanharão o processo através de encontros quinzenais e que serão um canal de interlocução e multiplicação de informações.”* (URBEL, s/d(a))

Sendo assim, a metodologia de construção do “Grupo de Referência para o acompanhamento e fiscalização das intervenções do empreendimento” (GR) visa a criação de um grupo que possa ser reconhecido pela comunidade como um interlocutor específico para a **transmissão de informações**. A possibilidade de deliberação, no entanto, não aparece na chamada “participação direta” nem tampouco na “participação indireta”, já que os Grupos de Referência possuem caráter meramente informativo.

Isso contrasta com a resposta do presidente da empresa urbanizadora quanto à transformação do contexto de elaboração do PGE das vilas São Tomás e Aeroporto, em 2001, em relação ao contexto de execução do empreendimento, em 2011. De acordo com o gestor, o espaço para fazer “acertos” no empreendimento seria durante a obra, por meio dos GR. Porém, o Grupo de Referência criado em 2001 foi composto por pessoas diferentes do grupo de 2011, e além disso, tais instâncias não têm caráter deliberativo. Para os membros do GR o grupo funciona para esclarecer aos moradores eventuais dúvidas.

Cida: É porque... O grupo de referência da época do PGE foi um e o grupo de referência que se levantou hoje, ele foi criado agora, pra acompanhar as obras, cê entendeu? Então... São poucas as pessoas daquela época, de 12 anos, que tão acompanhando hoje esse projeto aqui.

Ricardo: Por que que teve essa redução?

Cida: Muitos faleceram, entendeu?

Ricardo: É... que já são dez anos, né...

Cida: É... E muitos mudaram.

(...)

Ricardo: Então, essas assembleias gerais, elas aconteceram antes da formação dos multiplicadores...!?

Cida: É, o grupo de referência foi tirado de dentro de uma assembleia.

Ricardo: Entendi. E o que que era discutido dentro dessas assembleias gerais?

Cida: Dentro da assembleia, geralmente, eles discute tudo o que vai acontecer. Eles colocam o projeto na frente, explica pra comunidade tudo que, né, que vai ser feito, cê entendeu? Abre pra comunidade fazer perguntas... Então, assim, esclarece todos os pontos. (entrevista gravada com liderança comunitária e membro do GR, dia 10/05/2010)



Figura 3: URBEL, S/D(b) Etapas do Programa de remoção e Reassentamento. Documento entregue pelos técnicos aos moradores.

O organograma do empreendimento parece confirmar o caráter de informação e esclarecimento das reuniões, como pode ser visto no encarte institucional distribuído às famílias atingidas. O folder informa os documentos necessários para o cadastro e apresenta as etapas do programa de remoção e reassentamento. O ponto de partida é técnico, com a definição do trecho da obra, por meio da associação entre técnicos da empresa urbanizadora e consultorias privadas. Em seguida é elaborado o projeto executivo e, então, é definida a planta de remoção. Após a conclusão de todo o projeto, incluindo o número de remoções e o modelo de reassentamento, é realizado, de fato, o contato inicial com as famílias atingidas. A etapa de “mobilização das famílias” conta com as *tecnologias sociais* anunciadas no documento interno da instituição: cartilhas, teatro, convocação dos moradores e reuniões sobre o processo de remoção e reassentamento. Com a colaboração de pessoas moradoras das vilas, é iniciado o processo de identificação (a famosa “marcação das casas”), a realização do cadastro socioeconômico e a avaliação e declaração do valor da benfeitoria. Como o poder público não executa a regularização fundiária antes das remoções, o direito de posse é desconsiderado, reduzindo expressivamente os valores indenizatórios, que passam a referir apenas às benfeitorias. Em continuidade à entrevista sobre a participação:

Ricardo: Mas então, essas assembleias, eles apresentavam o projeto ou eles apresentavam, assim, o projeto pronto? era um espaço de discussão pra formar o projeto? Quando eles chegavam lá o projeto já tava pronto?

Cida: Não. É... Durante o levantamento pra fazer o projeto atual, de hoje, foi é... Discutido o tempo todo junto com a comunidade. Cada etapa do projeto eles reunia a comunidade, cê entendeu? Pedia opinião, e tudo, pra montar o projeto.

Ricardo: E que tipo de participação que tinha, nessas reuniões, dos moradores, que tipo de questão que os moradores apresentavam? Que tipo de pergunta que saía, que tipo de pedido que os moradores faziam?

Cida: Ó... Geralmente as pessoas queriam saber era justamente isso mesmo: quando eu vou sair...? Cê entendeu? “Ah, eu quero sair hoje”, e... E ficava na dúvida se realmente isso ia acontecer. Cê entendeu? Falava “ah, não, cês tão fazendo aí o projeto e tudo, mas isso vai acontecer mesmo? Por que até então, até começar, né, ficou desacreditado, porque doze anos... Não são doze dias. Então, quando surgiu, que o povo viu que ia acontecer mesmo foi um impacto muito grande.

Ricardo: Mas ninguém fazia, é... Alguém fazia alguma proposta pra... Por exemplo, sei lá, o pessoal da URBEL mostrava uma avenida que ia passar assim em tal lugar, aí, tinha algum morador, alguma liderança que falava assim “não, num passa por aí não, passa pelo outro lado pra ficar melhor...”, pra participar mesmo, efetivamente...

Cida: Sempre... teve opiniões, sempre é... aceitaram opiniões da comunidade porque o nosso espaço, cê entendeu? É... É muito reduzido, cê num tinha, num tem muita opção pra você criar aquele projeto, aquela, aquele sonho, ocê entendeu? Não, que eu tirar avenida daqui, eu vou passar uma avenida aqui... Não. Você num tem essa opção de ficar escolhendo muito.

Você visualiza, quem montou o projeto foi passando o tempo todo pra comunidade: “Ó, gente, eu imaginei, visualizei de que eu tenho que passar essa avenida aqui”, num tinha muita opção pra passar em outro local, cê entendeu? E a gente sempre participando a gente concorda, cê entendeu? Por que a gente sabe que num tem outro meio. (entrevista gravada com liderança comunitária e membro do GR, dia 10/05/2010)

A linguagem técnica utilizada no PGE e nas assembleias desfavorece a compreensão e participação de grande parte dos moradores, o que constitui uma “limitação simbólica, pois o formato técnico desqualifica e deslegitima outros projetos, visões e formas de expressá-los” (MOTTA, 2012b: 3), comprometendo também a formação de uma real organização e mobilização autônomas frente ao empreendimento. Ao contrário, o deslocamento compulsório vai sendo apresentado como inevitável e inquestionável, tal como ocorre nos demais projetos de desenvolvimento econômico que promovem desterritorialização de populações locais em outros territórios. Tal como em processos de licenciamento ambiental, cuja hegemonia se dá pelo paradigma da adequação ambiental, no caso aqui analisado as instâncias de participação direcionadas à criação de consensos obscurecem relações de poder altamente hierarquizadas, porém referenciadas como participativas e democráticas. Para Zhouri (2008) nesses processos onde relações de poder desiguais e hierárquicas são legitimadas pelo poder simbólico da técnica, da ciência e da juridificação do Estado, assegura-se assim a dominação dos espaços de tomada de decisões, com o efeito de que

“as diversidades socioculturais são anuladas em função de uma visão parcelar legitimada pela cientificação e juridificação das políticas e imposta com o propósito de representação do bem comum”. (ZHOURI, 2008: 100)

O extenso período de formação e manutenção de tais GR conta com muitas atividades que, de acordo com a coordenação social, visam superar a chamada assimetria informacional entre o poder público e as famílias das vilas. São realizadas visitas técnicas a obras similares – em andamento ou já finalizadas -, caminhadas pelas vilas, além das reuniões quinzenais ou mensais. A representatividade dos membros do GR em relação aos não-membros, porém, pode ser problematizada pelo fato de a instância ter sido emparelhada a instrumentos produzidos pelos setores técnicos da empresa urbanizadora e terceirizadas, limitando a efetividade da manifestação de vozes dissonantes ao projeto. As lideranças locais passam a ser identificadas pelo poder público como as representantes legítimas dos moradores. No

entanto, a grande diversidade interna e os diversos projetos de futuro que não se adequam ao modelo de reassentamento definido pela empresa urbanizadora, por exemplo, são invisibilizados. Arduamente conquistado no OP pelas lideranças com maior influência política, o Vila Viva impõe um suposto consenso sobre os rumos da localidade, contrariado, no entanto, pelas falas dos moradores removidos, pela baixa adesão às Unidades Habitacionais (UH) verticais e padronizadas e pelo número de vagas ociosas nas UH após a finalização do cadastramento, como será detalhado nos capítulos seguintes.

## Capítulo III - As representações sociais sobre as vilas - Estado, Mídia e Capital Imobiliário

### 1. Introdução

Este capítulo é voltado à análise das representações sociais construídas sobre as vilas a partir de distintas fontes. Para isso privilegiarei publicações veiculadas em jornais e revistas – impressos ou *online* -, reportagens de televisão, encartes institucionais do poder público, campanhas publicitárias eleitorais ou de divulgação governamental, documentários, peças publicitárias do programa Vila Viva nos meios de comunicação. etc. O capítulo visa situar as abordagens destas fontes e dar destaque aos discursos enfatizados por elas para aferir em que medida estão em consonância com as percepções, interesses e demandas heterogêneas dos moradores.

Entre novembro de 2011 e fins de 2014 foram coletados materiais de fontes diversas, tanto por meio da colaboração de moradores e funcionários públicos (da URBEL e do Centro Cultural São Bernardo, por exemplo) ou por meio das relações com outros pesquisadores - principalmente ao longo do período em que estive no Programa Cidade e Alteridade. A análise dos documentos e publicações oficiais revelou estratégias discursivas<sup>8</sup> que elencam determinados elementos para justificar ações políticas que, no entanto, por vezes contrastam com percepções locais sobre os problemas enfrentados e soluções adequadas para resolvê-los.

Ao longo do ano de 2012 foram realizadas seis entrevistas gravadas no âmbito do Programa Cidade e Alteridade com representantes “do Estado”, sendo duas com coordenadores sociais da URBEL (São Tomás/Aeroporto e Serra), que são responsáveis pelo planejamento e coordenação das estratégias de intervenção e acompanhamento social, estabelecendo diretrizes e métodos para a atuação dos técnicos concursados e terceirizados, e uma com o então presidente da empresa urbanizadora. Além destas três, mais extensas, realizamos duas entrevistas com os

---

<sup>8</sup> Foucault defende a hipótese de que a produção do discurso é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999: 8-9)

funcionários terceirizados nas vilas São Tomás e Aeroporto<sup>9</sup> e uma com a então gerente do Centro Cultural São Bernardo. A maior parte da etnografia foi realizada por meio da observação participante em atividades com os moradores das vilas, funcionários do centro cultural, da URBEL e suas terceirizadas. Por meio destas relações foi possível obter e associar materiais de origens muito diversas.

## 2. Divulgação do programa Vila Viva – Estado e Mercado

Em 31 de agosto de 2007 o então prefeito de Belo Horizonte escreveu um artigo sobre o Vila Viva para o jornal Valor Econômico, iniciado com o seguinte parágrafo:

O Brasil não pode mais fechar os olhos para o grave problema do déficit habitacional que compromete a qualidade de vida dos grandes centros urbanos. Historicamente, a falta de financiamento para moradia, aliada à escassez de investimento em transporte de massa, resultou no aparecimento dos grandes aglomerados humanos que hoje fazem parte da paisagem das cidades brasileiras. Mas muito além dos danos à paisagem está o comprometimento social resultante dessa informalidade habitacional. São milhões de pessoas que estão à margem dos serviços públicos como saneamento, segurança e lazer. E tudo isso debaixo do nosso nariz, na vizinhança de bairros centrais das nossas metrópoles. (PIMENTEL, 31/08/2007)

Chama a atenção o fato de a primeira preocupação ser com o dano à “paisagem” urbana, que ocorre “*debaixo do nosso nariz, na vizinhança de bairros centrais das nossas metrópoles*”. Ao longo do artigo, o político afirma que até algumas décadas atrás, falava-se em remoção de favelas, mas que, apesar de alguns casos de sucesso nessa *estratégia*, o poder público em geral foi “*incompetente para deter a favelização*”, resultando no crescimento sem controle ou planejamento de vilas e favelas pelo país. Para servir de alternativa às remoções, dada a imposição das favelas, ele defende a necessidade de delimitá-las e, sobretudo, transformá-las. Referindo-se ao modelo inaugurado no Aglomerado da Serra, em 2005, afirma:

O problema é que a eficiência do poder público para exercer o controle urbano vem sendo colocada em xeque. Nenhuma solução que não tenha o respaldo dos próprios moradores dessas localidades terá sucesso. A experiência de Belo Horizonte no programa Vila Viva, no Aglomerado da Serra, tem nos mostrado que, com o apoio daqueles que ali moram, os projetos têm toda a condição de prosperarem. Não há mais espaço para ações voluntaristas e autoritárias. (PIMENTEL, 31/08/2007)

O apoio dos moradores é colocado como o carro-chefe da intervenção, cujo tronco principal foi a construção de uma avenida ligando a região leste à centro-sul,

---

<sup>9</sup> A empresa terceirizada aqui mencionada é a Assessoria Social e Pesquisa (ASP), que presta serviços à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Foram realizadas entrevistas com os mesmos funcionários em um intervalo de quatro meses (04 de abril e 14 de agosto de 2012).

por dentro do Aglomerado<sup>10</sup>. Para o prefeito, uma das principais características do Vila Viva foi o “*processo de discussão com a comunidade e suas lideranças, ponto tão importante quanto o desenvolvimento de detalhados projetos e estudos técnicos*” (PIMENTEL, 31/08/2007). A transformação do apoio da população em condição de possibilidade da execução do empreendimento se deu, por exemplo, pela contratação de trabalhadores recrutados entre os moradores do próprio aglomerado (80%) e a fabricação dos uniformes destes por uma cooperativa de costureiras na região. Além disso, para resolver o que ele chama de problema da “*invasão*” do canteiro de obras pelas crianças das vilas no período de férias, foram organizadas excursões e atividades pedagógicas, aumentando ainda mais a empatia entre a comunidade e o programa Vila Viva”. Ao afirmar que essas ações contam com o apoio da sociedade belo-horizontina, ele defende que a “decisão da sociedade” é fruto da

compreensão da importância de integrar definitivamente à cidade os moradores desses locais, tratando-os com a dignidade que merecem e acabando de vez com a combinação perversa entre a ausência do Estado e a criminalidade, uma característica muito comum nesse tipo de comunidade.

Algumas afirmativas, tais como “ausência do Estado”, ou a localização da chamada criminalidade nas “comunidades” territórios de famílias de baixa renda, podem ser amplamente discutidas a partir da bibliografia sobre a Antropologia nas margens do Estado (ASAD, 2008; DAS & POOLE, 2008; O'DWYER, 2014) por esta buscar romper com as dicotomias entre “legal x ilegal”, “centro x periferia” e “público x privado” e, em lugar delas, analisar os procedimentos do exercício do poder estatal, para o qual as margens são implicações necessárias. Em uma das definições de margens do estado, Das e Poole (2008) explicitam:

El mimetismo del estado para legitimar un acuerdo coercitivo en muchos aspectos podría interpretarse como una aproximación al estado como un fetiche, pero también atestigua la lealtad de la comunidad a la idea de la ley instituida por el estado y así logra reivindicar la ciudadanía para estas comunidades. Estos márgenes, en los que entra en juego una imagen distinta del bien común, no son sólo márgenes en los que el estado tiene aún que adentrarse; más bien, se pueden concebir como lugares en los que el estado es continuamente constituido en los recovecos de la vida cotidiana” (DAS & POOLE, 2008: 26-27)

Nessa perspectiva, outra dicotomia expressa pelo prefeito é desnaturalizada, aquela que classifica o território urbano em “cidade legal” versus “cidade ilegal”. Como é de amplo conhecimento, a própria construção de Belo Horizonte, primeira capital

---

<sup>10</sup> Um dos pontos mais polêmicos do primeiro Vila Viva foi a magnitude da avenida que ligou dois bairros nobres através do Aglomerado, desafogando o trânsito, em contraste com o objetivo proposto pelo Programa e com as reivindicações dos moradores locais. O documentário “Uma avenida em meu quintal”, produzido em 2011 pelo Pólos de Cidadania, é uma referência central na temática, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rlxKVtikzPw> consultado em 13/09/2014

planejada da república brasileira, foi executada de modo a excluir do projeto os pobres, inclusive os trabalhadores operários de sua construção, que constituíram antes da inauguração da cidade uma área de ocupação irregular (um protótipo de favela) com cerca de 3 mil moradores (GUIMARAES, 1992; MOTTA, 2010; 2011). Ou seja, não foi por “ausência de estado” ou “falta de planejamento”, mas pelo direcionamento das ações do estado e o tipo de planejamento realizado. Nesse sentido, a relação entre a violência e as funções de ordem de estado são chaves para a análise das margens, que são espaços entre os corpos, a lei e a disciplina, afetando não somente os territórios, mas também os corpos em uma dinâmica de produção biopolítica sobre as populações atingidas. Ao publicar elogiosos comentários sobre a sociedade belo-horizontina, o então prefeito parece acionar aquilo que Carlos Vainer denomina “cidade-pátria”, um dos elementos da administração de cidades como empresas, pautada em supostos consensos. Para o autor, a “instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto *polis*” (VAINER, 2000: 91). Continuando,

Talvez nada seja mais consistente e reiteradamente enfatizado nos textos aqui analisados que a necessidade do *consenso*. Sem consenso, não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto.

Na verdade, esta condição está como que pressuposta desde o início, pois o discurso, a todo tempo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade *compete*, a cidade *deseja*, a cidade *necessita*. Enquanto se discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, aceita-se, como natural, a instauração da cidade como sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação. Por um ato de nomeação, como diria Bourdieu, pretende-se instaurar socialmente a existência daquilo que no discurso, *a priori*, se supôs existente. (VAINER, 2000: 91)

### 3. Antes da intervenção

As enchentes eram um problema recorrente nas épocas de chuvas nas vilas São Tomás e Aeroporto, atingindo principalmente as casas ao redor do córrego do Onça. Tratada por muitos moradores como uma das mais fortes dos últimos anos, a inundação de 2008 foi exibida pelos meios de comunicação. O Jornal UAI publicou matéria relatando que 42% das chuvas esperadas para o mês havia caído no dia quinze de dezembro de 2008, e que um corpo havia desaparecido no córrego/ribeirão do Onça (UAI, 15/12/2008).



*Foto 1 "córrego do onça transborda no bairro São Bernardo. Na foto, moradores nadam." (UAI, 15/12/2008)*

A imagem veiculada pelo jornal mostra a área de ligação entre as vilas São Tomás e Aeroporto – através de uma ponte de ferro para pedestres – e o nível elevado das águas, que chegam a atingir as casas mais próximas ao córrego. A matéria registra também as crianças nadando. Apesar de mencionar superficialmente o desaparecimento de um corpo, a matéria é centrada nos índices pluviométricos técnicos e no número de atendimentos da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, exibindo diversos dados estatísticos.

Em 2010, uma reportagem muito semelhante é realizada pela TV Record Minas, também sobre o córrego do onça, porém com ênfase no tom moralizante, e não em termos técnicos, sequer mencionados:

“Monitorar o córrego do onça: essa tem sido a rotina dos moradores da vila São Tomás, na Pampulha, desde a chuva da última terça-feira. A chuva de hoje também fez o nível do córrego do onça subir, e muito. E enquanto os adultos se preocupam em tentar salvar o que ainda resta e não perder mais nada com mais chuva, as crianças ficam lá, brincando de forma irresponsável, pulando no córrego. Não só uma, mas duas, várias vezes. Os meninos ignoram o risco de contaminação, e até de se machucar. Eles aproveitam a correnteza. Cena que se repete toda vez que o córrego enche. E enquanto eles brincam, os adultos relatam os problemas e preocupações. Francisco não vê a mãe dele desde a enchente de terça-feira.” (TV RECORDMINAS, 26/11/2010)

Após mencionar o desaparecimento de uma pessoa, como na matéria de 2008, a reportagem enfatiza a fala de uma moradora para quem a solução adequada

seria a remoção dos moradores da beira do córrego (área de risco), e reassentamento digno para superar as ações emergenciais sazonais.

Ainda em 2010 o site da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) registrava a realização de uma audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da CMBH *esclarecendo* os moradores sobre as obras de intervenção do Programa Vila Viva (CMBH, 10/03/2010). Tal audiência contou com representação da diretoria de planejamento e da presidência da URBEL, da URBE consultoria e projetos, que elaborou as intervenções urbanísticas, além de lideranças comunitárias das vilas. Naquela data o número de unidades habitacionais divulgado para construção foi 800, que teria início de março a julho do mesmo ano - 2010. De acordo com a matéria, a audiência pública ocorreu da seguinte forma: 1) as lideranças comunitárias cobraram respostas quanto aos prazos e etapas das obras; 2) O vereador local classificou a intervenção como a “realização de um sonho” que traria mais dignidade para a região. Ele estimulou a audiência por ter constatado dúvida e ansiedade por parte dos moradores, que buscavam mais informações, já que as obras pareciam interferir muito nas vilas; 3) o presidente da empresa urbanizadora enfatizou dados específicos em suas falas: contrato assinado de 98 milhões de reais, com 90% de recursos do governo federal e as unidades habitacionais, classificadas como “bem valioso” e “grande oportunidade”<sup>11</sup>. Ele ressaltou a centralização das informações no Grupo de Referência (GR), “*escolhido democraticamente pelas comunidades e [que] continua aberto para todos que queiram participar, sob o compromisso de repassar as informações*” (CMBH, 10/03/2010. grifo meu), além da previsão de espaços [**vazios**] reservados para a construção de equipamentos públicos, não incluídos no orçamento do Vila Viva, tais como Unidade Municipal Educação Infantil (UMEI) e BH Cidadania.

Em notícia de setembro de 2011, três meses antes do auge do período das chuvas em Belo Horizonte, o jornal Estado de Minas (EM) antecipava as discussões sobre as possíveis enchentes, já que mesmo após as grandes inundações do ano anterior as obras para mitigação do problema ainda não haviam começado. Por meio de um discurso genérico sobre cidadania e respeito comum, em tom moralizante, esta matéria buscou responsabilizar atores específicos - com foco nos carroceiros e

---

<sup>11</sup> Já que em muitos casos o valor das indenizações seria bastante inferior ao preço de mercado estimado dos apartamentos, com 44m<sup>2</sup> e valor aproximado de R\$120.000,00

demais moradores das vilas. A matéria é composta por elementos semelhantes às já realizadas nos anos anteriores pelo jornal eletrônico UAI e pela TV Record Minas:



Foto 2 "carroceiro despeja entulho nas margens do córrego Pampulha, na altura da vila São Tomaz: desrespeito torna previsões sombrias" (EM, 16/09/2011)

"Depois de 95 dias de estiagem, o pequeno Pedro Henrique, de 6 anos, se desesperou ontem, quando viu o céu escurecer e trazer uma chuva fina, avisando que a estação das águas está prestes a castigar Belo Horizonte. "Ele disse: 'Mamãe, mamãe, vamos lá para cima (no segundo andar da casa); eu não quero morrer na chuva'", conta a dona de casa Rosilene Maria dos Santos, de 32. O menino tem razões para ter pavor desta época do ano: ele é filho de Edgar Bispo dos Santos, levado em novembro do ano passado pelo Ribeirão do Onça, na Região Nordeste de Belo Horizonte, depois de ajudar a salvar 21 famílias da primeira enchente daquela temporada. Foi a primeira das 18 vítimas dos temporais de 2010. O desespero da família é o mesmo de quem mora em áreas próximas a rios e córregos que inundam com frequência e onde obras de combate a enchentes não foram concluídas ou nem sequer começaram. Um ano depois, a cidade não está preparada para as tempestades, avaliam especialistas, e a previsão é de que elas sejam piores este ano." (EM, 16/09/2011)

A reportagem é sustentada por depoimentos de diversos técnicos. Para uma das especialistas (em gestão ambiental e planejamento urbano e ambiental), a região do ribeirão do Onça é o local "*mais frágil da cidade. A ocupação irregular nas bordas do ribeirão contribuiu para seu assoreamento, com o lançamento contínuo de esgoto e de entulho.*" De acordo com ela, com as chuvas, "*a calha não vai comportar tanta água e as casas vão inundar de novo*". Já um dos professores de engenharia consultados enfatiza "a cidade": "*É um ponto nevrálgico também para o trânsito da cidade. Se as águas do Onça subirem, a Cristiano Machado para*". No entanto, sem levar a sério a afirmativa da moradora, segundo a qual o problema enfrentado pelos

moradores era a situação do córrego<sup>12</sup>, a reportagem centraliza a responsabilização do problema das enchentes nos próprios moradores, ignorando a contradição própria da exposição dos moradores àquelas condições ambientais:

“Os montes de entulho e lixo despejados sem qualquer cerimônia por carroceiros e moradores na beira do Ribeirão do Onça, na Região Nordeste, são a única estrutura erguida por lá desde que as chuvas trouxeram morte e prejuízos para os moradores. A Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudcap) informa que ainda desenvolve projetos para o local e que houve remoções de áreas de risco. No entanto, à beira do curso d’água já assoreado, em meio a geladeiras velhas, pneus, móveis estragados e todo tipo de lixo, se erguem moradias como a da viúva de Edgar Bispo, Rosilene dos Santos. “O problema aqui é só este córrego. Se resolvessem a situação da água, eu e meus filhos ficaríamos tranquilos”, diz.” (EM, 16/09/2011)

#### 4. Intervenção em curso

No início de 2012 a URBEL iniciou a divulgação das ações em curso nas vilas. No mês de janeiro há duas publicações, uma impressa e distribuída aos moradores das vilas, outra no site da companhia urbanizadora. Na matéria *online*, a informação é de que as intervenções haviam começado em 2010, com remoção de 708 domicílios na mancha de inundação do ribeirão Pampulha e a retirada de 510 famílias. Nesta primeira reportagem após o início das remoções, a estimativa é de que 1.230 domicílios seriam suprimidos das vilas. Eles atribuem às ações do programa a redução do número de casas inundadas em dezembro de 2011 (URBEL, 31/01/2012). Também são descritas as ações inter-setoriais de saneamento, geração de renda e qualificação e recuperação ambiental. Para a coordenadora do programa, a **paisagem** do lugar iria mudar através do alargamento de vias, transformando becos em ruas veiculares e uma ponte veicular aumentaria a acessibilidade. Termos como esperança, melhores condições de vida, dignidade e cidadania são enfatizados e, ao tratar da questão ambiental, a responsabilização é direcionada aos moradores, que estariam poluindo o córrego com lixo, esgoto, entulho, incluindo a própria presença das moradias, contra as quais “*as margens, em uma extensão de cerca de mil metros, serão renaturalizadas*”. A partir dessas ações, a “área natural de inundação” seria “*desocupada e transformada em um parque com a mata ciliar recuperada*”. A matéria parece essencializar a dicotomia natureza X cultura excluindo da “natureza” os moradores e suas práticas sociais, por exemplo, incluindo os carroceiros apenas nas

---

<sup>12</sup> No PGE concluído em 2001, por exemplo, a grande reivindicação dos moradores relativa ao córrego era a sua canalização, ou obras de contenção para que ele não invadisse as casas em épocas de chuvas.

ações de educação ambiental, incluída no plano de “renaturalização” das margens. Em lugar das práticas anteriores, a publicação afirma que os moradores iriam “ganhar uma pista de caminhada” (URBEL, 31/01/2012).

Já a matéria impressa, embora publicada no mesmo mês, apresenta dados em alguns pontos distintos do site da URBEL. A data de início das obras teria sido junho e julho de 2011, antecedida pelo trabalho social, iniciado em janeiro do mesmo ano. Na publicação em formato de jornal, há três depoimentos de moradores, chamados “beneficiários”, aprovando o empreendimento, além de uma minientrevista com outros dois moradores, também *pró-empreendimento*, membros do Grupo de Referência (GR). Os números apresentados são: cerca de 370 famílias removidas, das quais 144 recebendo bolsa-moradia, além da previsão de construção de 560 Unidades habitacionais (UH), sendo 440 no território e 120 “no entorno” (URBEL, 2012). O informativo classifica os membros do GR como “uma importante ajuda” para repassar informações para os moradores e evitar conflitos por meio da multiplicação das informações. Em pequena entrevista publicada no jornal, o diretor presidente da URBEL apresenta a estimativa de remoção de 1.115 famílias, informando ainda que as 120 UH construídas fora das vilas seriam no bairro Juliana. No jornal o presidente também enfatiza termos como dignidade, cidadania e esperança de vida melhor.

Nessa época, alguns outros encartes foram distribuídos aos moradores. Em um deles, sobre as etapas da intervenção, eles são informados sobre os documentos necessários ao cadastro do programa de remoção e reassentamento, bem como sobre as etapas de execução deste. É emblemático que apesar de a “participação” ser enfatizada em todas as entrevistas e publicações de divulgação do programa, a mobilização das famílias seja iniciada somente após a definição do trecho da obra. Para essa delimitação, pautada na elaboração do projeto executivo “técnico” e definição da planta de remoção, os moradores não participam diretamente. A convocação dos moradores, portanto, inicia-se em um momento específico, o da participação deles na identificação numérica cadastral dos imóveis, a famosa “marcação”, etapa que precede a avaliação física dos imóveis pelos técnicos que definem o valor das indenizações. O procedimento seguinte é promovido por meio da individualização das famílias, com a negociação do valor da avaliação e definição da forma de reassentamento para cada uma delas separadamente, o que, em campo, percebi operar como um fator de desmobilização e causa de rivalidades entre os moradores.

### DOCUMENTOS NECESSÁRIO PARA O CADASTRAMENTO

Xerox da Carteira de Identidade dos responsáveis (marido, esposa, companheiro e companheira);

Xerox do CPF dos responsáveis (marido, esposa, companheiro e companheira);

Xerox da Carteira de Trabalho dos responsáveis (parte da foto e dados cadastrais);

Xerox da Carteira de Identidade e CPF dos filhos maiores de 18 anos (quando for o caso) ou Certidão de Nascimento dos filhos menores.

Xerox do Contrato de Compra e Venda do imóvel e mais um comprovante de moradia com mais de dois anos: uma conta de água, luz, telefone em nome de um dos responsáveis.

Xerox da Certidão de Casamento (quando for o caso) ou Certidão de Nascimento Atualizada.

Mais informações pelos telefones  
3494-9059 ou 3024-1525






### ETAPAS DO PROGRAMA DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO



É o processo de acompanhamento sócio-organizativo das famílias removidas dos trechos de obras e de áreas de risco das vilas Aeroporto e São Tomaz, por meio de uma metodologia informativa e participativa.



PREFEITURA DE BELO HORIZONTE  
Assessoria Social - Trabalho



Figuras 4 e 5: URBEL, S/D ETAPAS DO PROGRAMA DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO

Juntamente ao encarte acima houve a distribuição de um específico sobre o bairro Juliana, onde 120 UH seriam construídas:

**Avalie as vantagens em morar nos apartamentos do Bairro Juliana:**

- 🏠 **Bairro fora da área de ZEIS, em ponto nobre da cidade formal;**
- 🏠 **Área localizada a 1 km da Av. Cristiano Machado e da Estação Vilarinho, onde está sendo construído o shopping Estação.**
- 🏠 **Prédios localizados na Av. Joaquim Clemente, avenida ampla e com toda infraestrutura: água, esgoto, drenagem, iluminação**
- 🏠 **Fácil acesso ao centro, à Pampulha e à Venda Nova;**
- 🏠 **Vetor imobiliário em franca expansão e valorização, devido à proximidade com o Centro Administrativo do Governo Estadual, e ao fácil acesso pela Linha Verde.**

Mantenha a cidade limpa.  
Não jogue este informativo no chão.

**VILAVIVA**  
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE  
Aeroporto São Tomaz

*novo bairro  
novos vizinhos  
novos amigos  
vida nova*

**Adesão imediata para moradores removidos em função das obras do Vila Viva! Faça logo a sua!**

**CAIXA** **PAC** **BRASIL**  
Ministério das Cidades

**VILAVIVA**  
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

**Central de Atendimento:**  
Rua Cecília Pinto, 265  
3494-9059 ou 3024-1525

**Bairro Juliana**

120 unidades habitacionais, sendo 32 de três quartos e 88 de 2 quartos;



**Não perca tempo!**

Faça logo sua adesão. É bem simples: basta você comparecer à Central de Atendimento do Vila Viva com seus documentos e aderir.

**PLANTAS DOS APARTAMENTOS**

**2 quartos**



**3 quartos**



**Como chegar:**

Saindo da Rua Cecília Pinto - Bairro São Bernardo, até a Rua João Clemente - Bairro Juliana



**VILAVIVA**  
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Figuras 6 e 7: "Bairro Juliana: novo bairro, novos vizinhos, novos amigos, vida nova"

Neste informativo o objetivo é convencer os moradores a aderirem às UH do bairro Juliana. O slogan, "Novo bairro, novos vizinhos, novos amigos, vida nova", contrasta com uma das principais diretrizes oficiais do programa, a saber, a remoção e reassentamento nas próprias vilas com o objetivo de manter os vínculos anteriores ao empreendimento. São 120 UH, sendo 32 de três quartos e 88 de dois quartos. Ao

elencar as “vantagens” de morar nos apartamentos do Juliana a URBEL anuncia o fato de a localidade estar fora da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) – áreas que têm uma legislação urbanística específica para vilas e favelas, o que “desvaloriza” os imóveis, ou seja, em um ponto “nobre” da “**cidade formal**”; o fato da localização a 1km da Av. Cristiano Machado e proximidade ao Shopping Estação, mais dois fatores de “valorização” imobiliária; fácil acesso ao Centro, Pampulha e Venda Nova; e, por último, por ser a região um “*vetor imobiliário em plena expansão e valorização, devido à proximidade com o Centro Administrativo do Governo Estadual*”. Todas as vantagens anunciadas são de cunho economicista, com direitos sendo *financeirizados* sem, no entanto, abrir a possibilidade de um modelo diferenciado de participação ou reassentamento.

#### **5. Vila Viva concluído na Serra e em andamento na Pedreira Prado Lopes – Matérias de 2013 e 2014**

Em 11/06/2013 os moradores das UH do Aglomerado da Pedreira Prado Lopes (PPL) acionavam a TV Globo por meio do projeto “Parceiro do MGTV” (TVGLOBO, 11/06/2013) para denunciarem a situação das obras no local e exigir providências do poder público. Todas as reclamações exibidas têm paralelos em outras intervenções do programa: entulhos espalhados, obras interrompidas em 2010 sem maiores explicações, com retorno lento a partir de 2013, obras inconclusas, ferragens expostas e buracos nas ruas, poeira intensa, esgotos estourados pelas obras e dificuldades de acesso por cadeirantes. A resposta do poder público, vocalizada pela apresentadora, busca desmentir as denúncias e responsabilizar os próprios moradores, sem, no entanto, especificar quaisquer problemas ou soluções concretas:

“Bom, em nota a prefeitura de Belo Horizonte negou que as obras tenham sido paralisadas. Segundo a Urbel, o ritmo dos trabalhos foi apenas reduzido por questões contratuais com a empresa responsável. Mas, em março deste ano, após nova licitação, a prefeitura garante que o ritmo voltou ao normal. A prefeitura informou ainda que as obras de urbanização dependem de remoção de algumas casas, o que pode levar algum tempo devido aos casos que ficam pendentes na justiça. Sobre as ferragens expostas mostradas aí, pelos parceiros, em algumas ruas, a prefeitura disse que os moradores devem entrar em contato com o escritório do vila viva, localizado dentro do aglomerado para relatar o problema.” (TVGLOBO, 11/06/2013)

Dois meses depois, os participantes do projeto “Parceiro do MGTV” retornaram à PPL e exibiram situação semelhante no Aglomerado da Serra. Os apresentadores registraram que os ferros expostos no chão permaneciam, em

contraposição à afirmativa da URBEL de que bastaria informar os lugares [que continham entulhos, buracos e ferragens] para que os problemas fossem solucionados. Os moradores reforçaram a denúncia de que as obras estavam abandonadas, sem andamento ou acompanhamento. Dessa vez, ignorando as primeiras denúncias, responderam apenas que os problemas no Aglomerado da Serra seriam solucionados apenas depois que todos os moradores previstos na planta de remoção fossem retirados (TVGLOBO, 19/08/2013).

A URBEL distribuiu em setembro de 2013 o segundo “Informativo do Programa Vila Viva nas Vilas Aeroporto e São Tomaz” (URBEL, 2013), com seis matérias. A primeira delas trata do Viveiro Escola, uma ação dos eixos de Geração de Trabalho e Renda e de Educação Ambiental, direcionada exclusivamente aos moradores das vilas. O curso tem duração de seis meses, com seis módulos: Jardim e Paisagismo, Técnicas de Jardinagem, Produção de Mudanças, Meio Ambiente e Jardim, Cidadania e Mercado de Trabalho e Mobilização e Marketing Pessoal. De acordo com a publicação, além da formação de cerca de vinte profissionais no curso houve participação dos demais moradores no Viveiro Escola por meio da doação de mudas, que serão transpostas para o parque linear a ser construído. A primeira matéria é concluída com o seguinte parágrafo:

Além disso, os jardins das casas demolidas estão sendo aproveitados para a produção de mudas que serão plantadas nas praças e condomínios, ainda em construção. Uma espécie de reciclagem de jardins, que demonstra respeito pela história de vida dos moradores. (URBEL, 2013: 1)

A segunda matéria do Informativo aponta a questão dos carroceiros, “uma das atividades profissionais mais comuns dos moradores”, demonstrado por um levantamento para “mapear os empreendedores da região”. A matéria informa que o Vila Viva construiria uma nova área para eles, substituindo os “pequenos currais para abrigo de seus animais à beira do Ribeirão Pampulha” e, para isso, havia iniciado reuniões mensais com os 20 trabalhadores cadastrados no Programa, onde seriam “elaborados os critérios para a utilização do novo espaço e definidos os números de baias a serem implantadas no local” e discutida a criação de uma associação de carroceiros. Ainda de acordo com o texto,

O antigo local utilizado pelos carroceiros já foi quase todo desocupado e fará parte do parque linear, onde está prevista a recuperação das margens do córrego, buscando resolver os constantes problemas de enchentes e melhorando a qualidade de vida de toda a comunidade (URBEL, 2013: 1)

Na matéria do jornal institucional da URBEL intitulada “Intervenções começam a ser concluídas”, as três únicas obras de fato terminadas são ruas: Tancredo Esteves,

Imperatriz e Dez de Novembro. Das 560 UH previstas, 232 estariam em andamento. Além disso, “serão realizadas adequações no sistema viário veicular e de pedestre, com a implantação de novas vias e alargamento e adequações de outras já existentes” (URBEL, 2013: 2).

**INFORMATIVO DO PROGRAMA VILA VIVA NAS VILAS AEROPORTO E SÃO TOMAZ**  
BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 2013 - Nº2

**3**

### MORADORES AGUARDAM SATISFEITOS A ENTREGA DA NOVA MORADIA



Uma das etapas mais importantes do Trabalho Social do Programa Vila Viva é o Pré-Morar, que vem sendo realizado nas Vilas Aeroporto e São Tomaz com as famílias que tiveram suas casas removidas para a urbanização e optaram pelo reassentamento na unidade habitacional (apartamento).

As primeiras reuniões para esclarecer sobre todo o processo de reassentamento e apresentar o projeto de intervenção do empreendimento aconteceram no início de 2012. Houve também reuniões, nas quais as famílias puderam fazer a escolha pelo Residencial em que desejavam morar, com o objetivo de possibilitar a essas famílias uma escolha

Tomaz. “Melhorou tudo, saí da enchente, não podia nem sair à noite. Eu não pretendia ir para outra vila, por isso, escolhi o apartamento. Lá vou ter água, luz. Na favela era “gato” e, às vezes, a gente ficava sem os serviços.”, lembra. Ela ainda se diz satisfeita com o local em que está morando, atualmente, e com o apoio que tem recebido da Prefeitura. “Aqui é muito bom. Daqui só vou para o prédio.”, explica Tereza.

Aqueles que fizeram ou pretendem fazer a opção pelo reassentamento na unidade habitacional podem tirar as suas dúvidas na Central de Atendimento, na Rua Cecília Pinto, nº 265, de segunda a quinta-feira, de 8h30 às 11h30 e de 13h às 16h30. Além disso, lá há vários banners com as plantas dos apartamentos, o projeto de intervenção e os informativos, e um vídeo animação para demonstrar como vai ficar o Residencial Palmeiras, no Bairro Juliana. Sem falar nas várias atividades planejadas, como visitas e palestras sobre educação ambiental, economia doméstica e apresentação da rede de proteção social básica para a comunidade.

Assim como a Ângela e a Tereza, outros 437 beneficiários já estão aguardando o seu apartamento, com a expectativa de começarem uma vida nova. ■

Figura 8: URBEL, 2013. INFORMATIVO DO PROGRAMA VILA VIVA NAS VILAS AEROPORTO E SÃO TOMAZ.

A matéria acima, “moradores aguardam satisfeitos a entrega da nova moradia”, aborda o programa Pré-morar<sup>13</sup>. No dia da reportagem da Rede Globo, descrita a frente, realizada em 18/03/2014, tempos depois de um protesto contra os atrasos e ausência de explicações por parte do poder público, com queima de pneus na região, alguns moradores exibiam o jornal institucional acima, indignados com aquela representação, contexto no qual obtive um exemplar doado por uma das moradoras. Segundo ela, a revolta havia crescido muito por conta da segunda paralisação das obras sem maiores explicações por parte do Poder Público. De acordo com a matéria, 437 famílias estavam aguardando a construção das UH: “Assim

<sup>13</sup> Instituído pelo decreto municipal nº 14.641, de 10 de novembro de 2011, para “atendimento à população beneficiária da Política Municipal de Habitação, com vistas à sua inserção e adaptação ao novo ambiente de moradia” (Art. 1º), o Programa Pré-morar visa reduzir os “impactos provenientes da transferência para a nova moradia” (Art. 3º, inciso II).

como a Ângela e a Tereza, outros 437 beneficiários já estão aguardando seu apartamento com a expectativa de começarem uma vida nova”. O otimismo cósmico sugerido pelo poder público, no entanto, contrasta com os dados do impacto da intervenção, já que 1360 famílias foram removidas. Ou seja, destas, 923 não aderiram ao modelo de reassentamento do programa, tornando 123 UH ociosas por recusa dos moradores removidos.

Este segundo informativo contém, como no primeiro, uma pequena entrevista com o novo diretor presidente da URBEL. Nela o diretor informa o andamento de “112 unidades habitacionais em construção, todas com a fase de alvenaria concluída” (URBEL, 2013: 4), contradizendo o número de 232 UH anunciado duas páginas antes. Em todas as páginas em que surgem questionamentos ou afirmativas sobre os motivos da intervenção, os dois discursos acionados são a urgência causada pelas enchentes ou pela violência urbana.

Em inícios de 2014, dessa vez tratando especificamente sobre os prédios do Vila Viva no Aglomerado da Serra, participantes do projeto Parceiro do MGTV diziam que, no Aglomerado, o sonho estava se transformando em pesadelo. Vários apartamentos com muitas rachaduras e infiltrações, em vários prédios. Além disso, a questão da regularização fundiária, prometida como um avanço fundamental do programa, não havia caminhado desde 2005, quando o programa teve sua primeira experiência naquela localidade. A síndica de um dos prédios afirmava ser problemático investir na reforma de um imóvel do qual não se tem o título de propriedade. A previsão de entrega do título dois anos após a entrega das chaves não havia sido concretizada, mesmo em 2014. Ao mesmo tempo, a URBEL não se responsabilizou pelas rachaduras com a afirmativa de que “o apartamento é dos moradores”. Nos fundos do prédio da mesma moradora estava ocorrendo um deslizamento de terras, que se intensificavam com as chuvas, mas obteve da empresa urbanizadora a resposta de que se tratava de “terra solta”. A reportagem mostra outra moradora, residente na UH há seis anos exibindo escadas internas e externas totalmente trincadas e afastadas da parede, processo que se intensifica nas chuvas. Ao fim da matéria, a apresentadora vocaliza a resposta estatal:

“segundo a URBEL, técnicos já vistoriaram os prédios e não constataram risco de desabamento. A Companhia informou ainda que vai acionar a empresa responsável pela obra para corrigir os problemas apresentados pelos parceiros.” O apresentador continua: “Já os problemas que não se referem à construção dos imóveis, ou seja, que surgiram devido ao uso inadequado dos apartamentos, como deslocamento de telhas, sobrecarga de

tomadas elétricas, entre outros, são de responsabilidade dos moradores”.  
(TVGLOBO, 26/02/2014)

Apesar de contemplarem algumas questões apontadas pelos moradores, o poder público e os apresentadores ignoram, no entanto, o questionamento quanto à questão [da regularização] fundiária, ou seja, a entrega do título de propriedade aos reassentados nas UH. Acionam primeiro o discurso técnico e logo em seguida atribuem a responsabilidade pelos problemas ao “uso inadequado dos apartamentos”. Não foram encontradas novas reportagens sobre a situação do Aglomerado da Serra até o momento.

No entanto, um mês após a exibição da matéria, fui informado por minha primeira interlocutora nas vilas de que os moradores haviam chamado a Rede Globo para realizarem uma matéria sobre o Viva Viva nas vilas São Tomás e Aeroporto no dia 18 de março de 2014, já que a obra estava com inúmeros atrasos, com prédios que sequer haviam saído da planta. Cheguei cedo à vila, um pouco antes do horário marcado com os repórteres, para tentar entender a dinâmica de produção da reportagem. Meu objetivo era também verificar se estava ocorrendo uma escalada de conflitos, já que semanas antes os moradores haviam promovido um protesto de maiores proporções, fechando ruas e queimando pneus nos bairros São Tomás e São Bernardo, bem como a forma com que o poder público lidaria com a insatisfação cada vez mais generalizada.



Fotos 3 a 8: tiradas pelo autor em 18 de março de 2014 na vila São Tomás durante a gravação da reportagem da TV Globo.

Os moradores se mostraram animados com a possibilidade de pressionar o Poder Público a acelerar a intervenção, que já acumulava atrasos. Naquela data, das 440 UH a serem construídas, apenas 32 estavam prontas, completando um ano de atraso em relação ao cronograma inicial. Além disso, a intensificação da especulação imobiliária estimulou o aumento nos preços dos aluguéis na região – bem como em toda a cidade, especialmente no período pré-Copa da FIFA. Por esta razão, as bolsas-moradia no valor de R\$500,00, concedidas aos moradores que aguardavam o reassentamento, não eram suficientes, e as famílias estavam completando o valor do

próprio bolso. Alguns prédios ainda não haviam começado a ser construídos e as centenas de moradores começavam a se revoltar. A reportagem, no entanto, caracterizou-os como “candidatos” às moradias populares e “beneficiários”:

O repórter passa a mostrar situação semelhante em outra intervenção do Vila Viva, no bairro Granja de Freitas, na região leste. Ali estavam sendo construídas 566 UH para o reassentamento de famílias removidas no bairro vizinho, o Taquaril, algumas das quais aguardavam no bolsa-aluguel há 10 anos. Após comparar com as 306 UH em atraso na Granja de Freitas, a matéria volta a falar do São Tomás, dizendo que, de acordo com a URBEL o prazo seria estendido novamente para junho de 2015 e que um dos principais problemas enfrentados era a “dificuldade para a contratação de operários”. Em uma simbiose entre empresa contratada e poder público, a diretora de obras da URBEL anuncia “*Nós já fizemos esse novo cronograma levando em conta a dificuldade de contratação de mão-de-obra, então, tudo indica que, se não houver um fato de natureza maior essas datas vão ser cumpridas*”. De volta ao repórter:

“Mas o bolsa-moradia também preocupa beneficiários, como o seu Joaquim, ele diz que o auxílio de R\$500,00 não é reajustado desde 2012, enquanto os aluguéis aumentam todo ano.” [carroceiro] Joaquim José dos Santos: “Eu já tô é desesperado, porque eu não tô aguentando mais pagar esse aluguel mais não. Não tem condições. A gente tá passando até fome. Cê ganha um salário mínimo: cê vai viver de quê? O que eu mais queria era que, pelo menos, eles completassem o aluguel, o valor que eu pago.” (TV GLOBO, 22/03/2014)

De volta à apresentadora do telejornal, a vocalização da resposta oficial do poder público silencia todas as denúncias por meio da redenção orientada pela verdade técnica:

A urbel informou que está estudando um reajuste para o bolsa-moradia, mas ainda não há previsão de quando será aprovado. Ainda segundo a companhia urbanizadora o mais importante é que as famílias estejam fora de áreas de risco. (TV GLOBO, 22/03/2014)

Ao longo da gravação, algumas pessoas seguravam cartazes criticando o programa Vila Viva, mas o repórter se recusou a filmá-los dizendo que exibí-los criaria uma falsa impressão de um protesto com proporções que não existiam ali. O dia escolhido pela equipe de reportagem foi uma terça-feira às 13:00 (18/03/2014), horário em que quase todos os moradores estão no trabalho. Ainda que a matéria tenha sido exibida no sábado, dia 22/03, a seleção de lugares, trechos e categorias contribuíram ainda mais para a construção da representação dos moradores como se eles não entendessem o que se passava e, por isso, reduziam suas ações a pedir a ajuda do poder público por meio da grande mídia, subdimensionando suas demandas. Outras questões denunciadas pelos moradores não foram exibidas, tais como a revolta

gerada pela decisão da construtora de colocar cachorros para vigiar as obras paralisadas da construção das Unidades Habitacionais – de acordo com os moradores, com o objetivo de evitar que eles “invadissem” os prédios -; a constatação de que determinadas áreas selecionadas pelos técnicos para a construção das UH eram inviáveis por conterem olhos d’água; traumas gerados nos idosos pela situação incerta, afetando principalmente aqueles em tratamento psicológico e psiquiátrico, agravado pelo rompimento das relações entre moradores removidos; o fato de ser a segunda paralisação das obras, ambas sem explicações contundentes por parte do poder público ou da construtora; e o que os presentes classificaram como “jogo de empurra-empurra” entre a construtora e a empresa urbanizadora sobre quem poderia dar explicações sobre a paralisação e condições de continuidade da obra.

## CAPÍTULO IV - Urbanização, remoções e gentrificação

### 1. Introdução

Neste capítulo pretendo delinear o que estou chamando de *dispositivo da gentrificação* e defender a utilidade de ambos os conceitos (dispositivo e gentrificação), especialmente quando articulados ao *estudo de caso detalhado* (VELSEN, 2010) em uma análise situacional que privilegiou as implicações mais capilares dos efeitos de poder estatal. Nesse sentido, realizei uma antropologia *nas margens do Estado* (ASAD, 2008; DAS & POOLE, 2008; O'DWYER, 2014), entendendo tais margens como espaços entre os corpos, a lei e a disciplina, e constitutivos do Estado – e não como lugares onde ele “não chegou” ou onde não foi “eficiente” -, buscando assim ir além das dicotomias centro X periferia, legal X ilegal público X privado.

O termo dispositivo se refere à noção foucaultiana, que entre suas definições, estão “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (:246). O que chamo aqui de gentrificação distingue-se de abordagens puristas sobre o conceito, as quais o relacionam a contextos de explícita remoção e substituição populacional em áreas centrais de cidades históricas para fins turísticos. Esse ponto de vista desconsidera formas mais indiretas de expulsão e substituição populacional, seguida de valorização imobiliária e inclusão de novo padrão construtivo voltado ao mercado de imóveis para a classe média. Eu busco utilizar o termo por ele apontar para processos de união entre os setores público e privado para a construção de uma nova paisagem forçosamente construída e sustentada em detrimento dos usos e costumes das populações que ocupam determinados territórios na cidade.

Heitor Frúgoli e Jessica Sklair sintetizam o conceito de *gentrification* como:

criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade (Frúgoli Jr., 2006a: 133-134 *apud* FRÚGOLI Jr. E SKLAIR, 2009).

De acordo com os autores, o conceito, criado por Ruth Glass em 1964, era voltado a explicar transformações socioespaciais em Londres, mas passou a ser ferramenta explicativa para processos similares em curso em Nova Iorque a partir da década de 1970 (FRÚGOLI JR E SKLAIR, 2009).

As principais diferenças em relação aos contextos tradicionalmente classificados como *gentrificação* e o contexto analisado nesta monografia se referem à localização e ao objetivo das ações de “revitalização” promovidas pelo Estado e mercados. Isso porque as vilas São Tomás e Aeroporto não estão exatamente no centro da Cidade, mas na região Norte, bastante próximas a três das principais avenidas da cidade – Av. Antônio Carlos, Cristiano Machado e Pedro I, e em área estratégica no que se refere à valorização imobiliária, não somente pelos acessos viários, mas também pela proximidade com o complexo arquitetônico e urbanístico da Pampulha, da Universidade Federal de Minas Gerais, de Parques Públicos, além da ampla oferta de serviços privados e equipamentos públicos, tais como farmácias, padarias, supermercados, centros de saúde, Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI), escolas de Ensino Fundamental e Médio, etc.. Vale mencionar também, o crescimento recente do vetor norte da cidade, reflexo e produto da criação/ampliação da linha verde em 2005, que permite o acesso desde o centro da cidade até o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, passando pela Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, para onde foi transferida boa parte do aparato burocrático estatal, além de interligar a capital a vários municípios da região metropolitana, como Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Vespasiano, entre outros. O objetivo das ações também não se refere aos clássicos “embelezamentos” de imóveis degradados com modificação de seus usos para lazer, consumo e turismo. Pelo contrário, a função oficial do Programa é a de urbanização de favelas – e não o desfavelamento da cidade, - em tese favorecendo a permanência dos moradores nas mesmas localidades, o que soa contraditório já que o programa não contempla a reforma, mas a demolição das casas e a construção de prédios. O padrão construtivo, no entanto (e inclusive), é recusado por muitos moradores, porém defendido arduamente pelo poder público municipal. Isso se assemelha bastante aos processos de desfavelamento promovidos na primeira metade do século XX, pois, se notarmos o traçado regular dos bairros e a área de intervenção, veremos a desconsideração quase total do processo histórico de constituição das vilas e os significados sociais e simbólicos que tal processo histórico teve para essas pessoas. Ao invés disso, a intervenção se resumiu a transpor os jardins das casas dos moradores removidos para as áreas de lazer dentro de cada condomínio de prédios construídos pelo Programa.

Ricardo: Que que cê pretende fazer em relação a isso... Que que cê pretende aceitar? Eles dão a opção do apartamento ou indenização, né?

Edilene: Eles dão duas opções, agora, depende da indenização, né. Se a gente conseguir um dinheiro que der pra comprar uma casa, ou então um barracão, em algum outro lugar, a gente compra, mas se num der, a gente vai ter que aceitar o apartamento mesmo, porque aqui em casa é pequeno, né, e aí eu num sei se dava uns vinte, trinta mil... Pode dar menos, né, aí num dá pra comprar uma casa. Aí a gente vai ter que aceitar o apartamento mesmo. (entrevista com Edilene Ribeiro dos Santos, 26 anos, dia 02/11/2011 na casa onde residia)

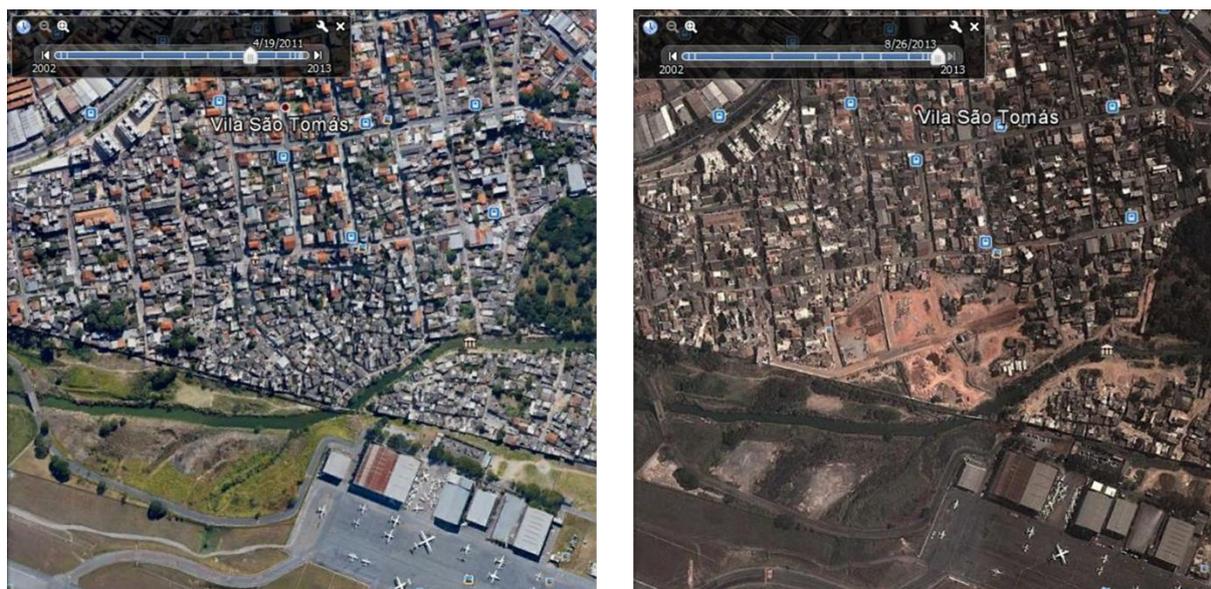


Figura 9: Comparação entre 2011 e 2013. Imagens do Google Earth.

Meu interesse inicial era realizar um estudo que possibilitasse uma análise comparativa inicial sobre a repetição de determinados discursos sobre a questão das favelas na América Latina, bem como as possibilidades de resolução dos problemas enfrentados pelas populações que as constituíram. Minha dificuldade em empreender este projeto esteve relacionada com a estrutura de produção acadêmica nacional e internacional, cujos pesquisadores tratam dos contextos nacionais como se eles estivessem isolados no continente. A base teórica fundada em autores europeus e estadunidenses também não contribui para meus objetivos iniciais, já que os autores frequentemente exemplificam a aplicação das teorias em que se baseiam em casos registrados e documentados pelo próprio Estado nacional brasileiro, cujo teor nacionalista esteve presente em boa parte da história do Brasil república. Além disso há, no momento, pouquíssima inter-relação entre os autores latino-americanos - inclusive no cone sul -, fato constatado no II Seminário Internacional "El Derecho a la

Ciudad en América Latina: Lo Político de Las Políticas Urbanas”, que aconteceu em Lima - Peru, entre os dias 21 e 22 de agosto de 2014.

O seminário teve contribuições extremamente relevantes e demonstraram, por exemplo, a repetição dos efeitos das políticas urbanas de “revitalização” baseadas em estratégias urbanas elaboradas na Europa, cujas aplicações em nosso continente geraram expulsão de populações de áreas de interesse do capital imobiliário transnacional, mantendo ilhas de segurança e embelezamento que visam atrair investimentos e turistas internacionais e sustentar uma imagem de cidade segura e receptiva, em detrimento das condições de vida e habitação dos cidadãos locais, que enfrentam a gentrificação e violações de direitos humanos. Por fim, não sem certo constrangimento, a mesa de encerramento constatou a prevalência de “pop stars” acadêmicos (termo utilizado por alguns palestrantes) sobre temáticas urbanas, tais como Henri Lefebvre e David Harvey, ambos europeus que trataram do tema do direito à cidade, o que mobilizava grandes esforços para pontuar casos “locais” dos temas “globais” que eles enunciaram, como que reificando nessas escalas uma geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2002, 2003), ou seja, uma divisão internacional do saber em que “o norte” produz teoria e “o sul” tenta aplicá-la aos contextos “locais”, a partir das teorias “globais”. Na referida mesa houve a indicação da necessidade de realizar estudos comparativos no contexto latino-americano e da importância de fazermos um esforço para não deixar que os organismos ou autores internacionais colonizem a discussão. Pelo contrário, dar mais atenção aos contextos locais, aos moradores e aos resultados dessas novas pesquisas a serem realizadas.

Um movimento de revisão dessa relação está ocorrendo em diversas partes do mundo contemporâneo, sendo que na América Latina considera-se que o peruano Aníbal Quijano tenha sido o pioneiro ao denunciar o que chamou de matriz colonial de poder, e que é a referência do atual projeto de estudos denominado “Modernidad/Colonialidad/Decolonialidad”<sup>14</sup> (BALLESTRIN, 2013) dedicado ao giro decolonial nas ciências humanas no subcontinente latino-americano:

La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en

---

<sup>14</sup> O grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade é interdisciplinar e busca “pensar desde a periferia” a partir de um ponto de vista epistemológico, ético e político para romper com a colonialidade do poder, por meio da qual engendra-se o controle da economia, o controle da autoridade, o controle da natureza e dos recursos naturais, o controle do gênero e da sexualidade e o controle da subjetividade e do conhecimento, mantendo desse modo uma matriz colonial de dominação global por meio de princípios e conceitos supostamente “universais”, enraizados na tradição ocidental.

la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario *desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres*. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial (ênfase de Mignolo) (Quijano, 1992 *apud* MIGNOLO, 2008).

No Brasil, autores vêm realizando trabalhos que colocam em discussão noções hegemônicas, por exemplo, sobre desenvolvimento sustentável (ZHOURI e TEIXEIRA, 2005; ZHOURI, 2007), sobre a relação entre a colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2006; 2012) e a possibilidade de pensarmos em outras globalizações a partir de cosmopolíticas pós-imperialistas (RIBEIRO, G. L., 2010; 2014). Pretendo me debruçar detidamente sobre essas leituras, em um momento futuro, para aferir as possibilidades de realização de análises comparativas e estabelecer a revisão dos trabalhos já publicados sobre tais temáticas.

## **2. O conceito *favela* e seus usos nas ciências sociais e na administração estatal**

Licia do Prado Valladares publicou uma pesquisa sobre a invenção da favela enquanto categoria: do mito de origem da favela carioca à era da internet (VALLADARES, 2005). Ela ressaltou as relações dos moradores de favelas com instituições públicas e privadas, as técnicas de controle governamental e a influência da igreja e das ciências sociais na construção das representações sociais sobre esses territórios. As questões que nortearam as pesquisas do grupo em que participou na década de 1980 foram:

“a) que a atribuição de marginalidade às favelas não fazia sentido, pois além de crescerem junto com a cidade e apresentarem um grande dinamismo econômico, reuniam uma população que integrava o sistema político, econômico e social dominante, ainda que essa participação fosse parcial e assumisse características próprias; b) que as favelas representavam um segmento muito importante do mercado habitacional-popular, mercado que tinha suas próprias regras, diferentes do mercado habitacional regular e constituído à revelia do poder público; c) que os moradores das favelas eram contrários à remoção e favoráveis à urbanização e extensão dos serviços públicos aos seus espaços de moradia, sendo o mutirão a prova dessa colaboração dos moradores com os esforços já realizados por algumas instituições; e d) que só através do trabalho de campo, de tipo antropológico,

ou do trabalho de assessoria aos moradores era possível conhecer as favelas, seus moradores e o funcionamento de suas organizações e redes.” (VALLADARES, 2005: 17)

Anos depois, deslocou suas interrogações da favela para a maneira como a ela vinha sendo percebida e imaginada em diferentes períodos históricos e políticos. O trabalho buscou criticar visões reificadas sobre as favelas, por terem-se tornado dogmas cheios de pressupostos baseados em indicadores “objetivos”, o que ilusoriamente parecia servir como confirmações de noções dicotômicas que opunham “morro” e “asfalto” ou “favela” e cidade “legal” como mundos totalmente apartados, o que acabou se constituindo em fonte de inferências automatizadas, por exemplo, entre violência e favela. “A associação, quase sistemática, entre pobreza e criminalidade violenta fez da favela sinônimo de espaço fora da lei, onde bandidos e policiais estão sempre em luta” (VALLADARES, 2005:20). Consideradas na primeira metade do século XX como o “mundo rural na cidade”, as favelas foram abordadas por jornalistas, médicos, engenheiros e urbanistas como o lugar da preguiça, da vadiagem e das doenças<sup>15</sup>, o que sustentou o desenvolvimento de uma campanha contra a interferência estética da favela na cidade, culminando no Plano Agache, de remodelação e embelezamento da capital. Em 1905, durante a reforma Pereira Passos, uma comissão encarregada de dar parecer sobre o problema das habitações populares, falando do aspecto técnico-sanitário, defendia:

“As mil demolições para alargamento de umas tantas ruas, para abertura de algumas, para derrocar velhas choças ruinosas, mas que ainda davam agasalho a famílias, para fechar outras que por insalubres, radicalmente insalubres, não podiam ser saneadas, tudo isto veio a dar à moléstia endêmica do Rio – a má habitação – um caracter agudo, angustiante, formidável” (BACKHEUSER, 1906:3-4 *apud* VALLADARES, 2005: 37)

Os engenheiros reformadores cariocas, seguindo as orientações dos europeus, apresentavam uma concepção positivista da ciência e de seu papel social, confiando nos saberes técnicos e especializados como diretrizes para qualquer ação governamental, fundamentando os discursos em nome do bem comum e da nação. Considerando o meio ambiente como “fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos, estabeleceram propostas técnicas para o tratamento desses males urbanos” (VALLADARES, 2005: 41), para suprir a necessidade de ordenar a “máquina” da cidade de maneira racional e controlada. A importância do mercado

---

<sup>15</sup> Esses discursos acionados justificaram, à época, a legitimidade das políticas higienistas no Rio de Janeiro.

imobiliário na questão das favelas pode ser ilustrada pelo exemplo do construtor imobiliário e corretor de imóveis Augusto Mattos Pimenta. Membro do Rotary Club, utilizou sua influência para empreender a “primeira grande campanha contra a favela” e a favor de uma ampla modernização e embelezamento do Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1920 ele protagonizou páginas dos principais jornais da época apresentando a favela como “lepra da estética”, defendendo a criação de uma espécie de “barreira profilática” contra o crescimento daquela “infestação”, que enchia de “sujeira e miséria” regiões “desprovidas de policiamento”, invadindo “terrenos gratuitos” longe da ação fiscal. Naquela época, por meio do desenvolvimento do urbanismo enquanto disciplina acadêmica com ambições científicas, algumas abordagens passavam a fugir da redução à visão técnica dos problemas urbanos – moradia, saneamento e circulação – propondo uma concepção mais sistêmica. Pimenta havia morado muitos anos em Paris e incorporou ideias das transformações da cidade comandadas por Hausmann. Com o apoio da mídia e do mundo dos negócios carioca, ele propôs em 1926 a substituição das favelas por grandes conjuntos de prédios de seis andares com 120 apartamentos cada. Para ele, essas habitações tinham a “vantagem de serem mais econômicas e exigirem menores áreas relativas que as habitações isoladas”, e tudo “de acordo com os modernos princípios da higiene e do conforto” (VALLADARES, 2005: 44). Mattos Pimenta representava a emergência do capital imobiliário, fortemente influenciado pelas ideias europeias, juntando as elites econômica e intelectual da capital.

Apesar de estarem separados por quase 90 anos, os discursos de Mattos Pimenta se assemelham bastante com as justificativas acionadas atualmente para a forma de reassentamento empregada pelo Programa Vila Viva. Em entrevista com o então presidente da URBEL, ele defende o modelo:

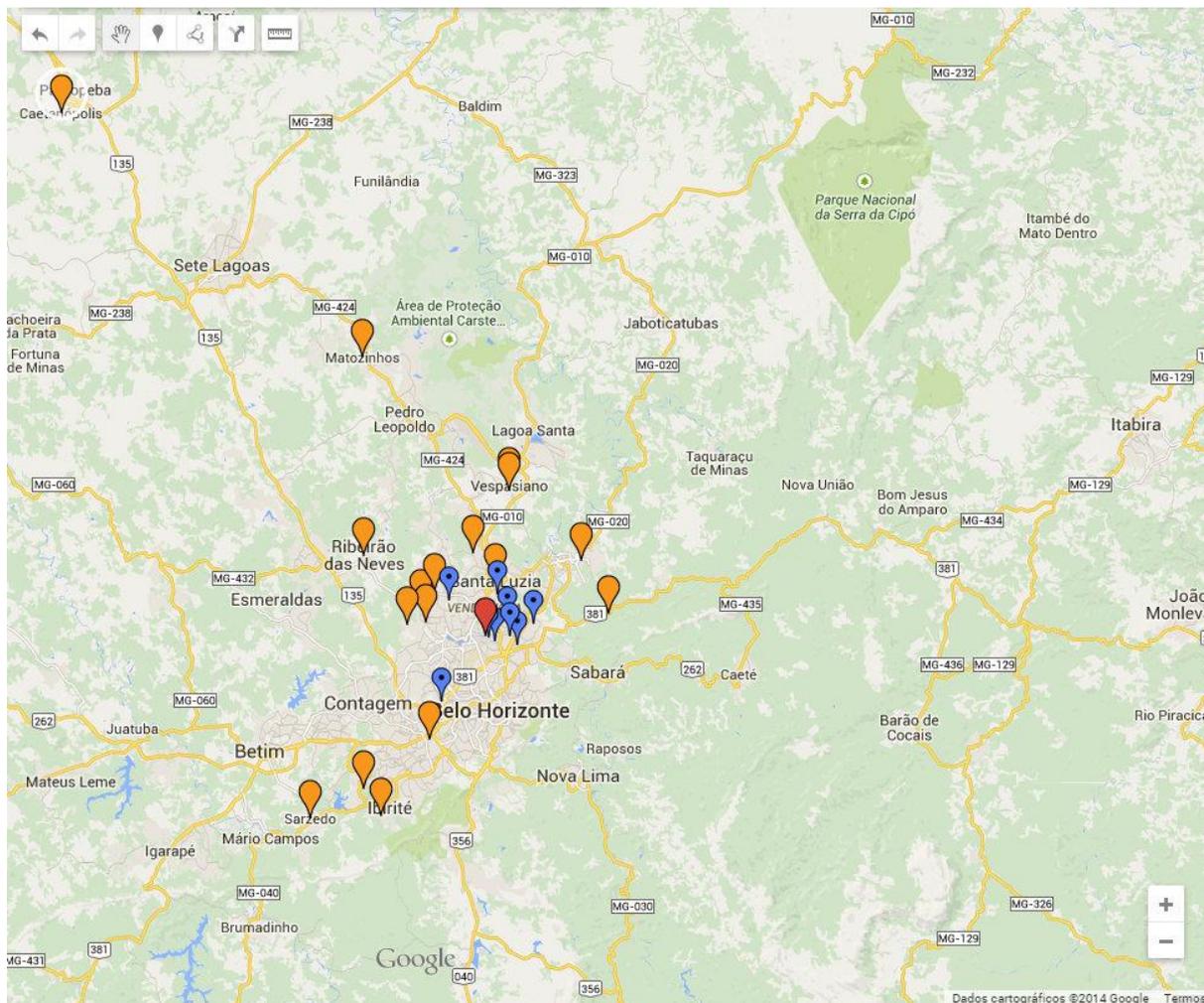
“a gente faz de tudo para as famílias fazerem a opção por unidade habitacional (...) agora, tem que ser verticalizado... Eu não posso me dar ao luxo de um terreno valendo trezentos e cinquenta reais, quatrocentos reais o metro quadrado (...) pra cada família em Belo Horizonte... É vertical (...) eu compro essa discussão, mesmo. (...) porque a verticalização dá a oportunidade de mais pessoas... das que precisam mais da cidade... estar inseridas na cidade, ok? [Mas se a pessoa diz] “ah, eu quero criar um porco” [eu respondo] “Pronto, vai pra Região Metropolitana... Então você vai ser sitiante... É outra história (...) porque eu não posso abrir mão de cada metro quadrado que a gente disputa na cidade com o mercado para eu me dar ao luxo de ter “lotinhos” para as pessoas... Eu preciso garantir o maior número dessas pessoas que mais precisam do posto de saúde, da educação e tudo,

estar inseridas dentro da cidade” (23/05/2012, entrevista realizada com o diretor-presidente da URBEL<sup>16</sup>)

Contraditoriamente, no mesmo ano, o vice-prefeito da capital mineira publicou um artigo no jornal Estado de Minas (EM, 21/05/2012) em que denunciava a tentativa de venda de 120 imóveis, entre eles duas ruas, a partir do Projeto de Lei 1.698/11, de autoria do Executivo municipal. Para o político, apesar de o fato não ter sido isolado – como exemplificado na comercialização de um trecho da rua Musas – aquelas ações precisavam ser interrompidas e que a prefeitura estava na “contramão da história”, ou seja, enquanto grandes cidades no mundo buscam recuperar espaços públicos, Belo Horizonte estava se desfazendo de seu patrimônio para angariar recursos que já dispunha. Ele denunciou, por exemplo, que apesar de o Programa Minha Casa Minha Vida destinar recursos inclusive para a aquisição de terrenos, BH era a única capital do país que não havia construído nenhuma dentro da faixa de renda de zero a três salários mínimos e, ao contrário, estava vendendo terrenos do município, que poderiam ser utilizados para o reassentamento de moradores removidos de áreas com risco geológico, bem como contemplar a população mais vulnerável no programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

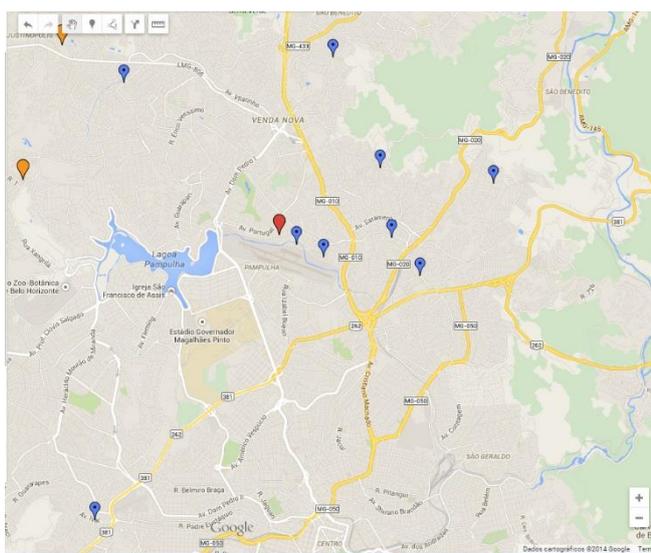
---

<sup>16</sup> Entrevista realizada no âmbito do Programa de pesquisa Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana.



Mapa 2: Moradores removidos e reassentados via PROAS. Imagem construída a partir da ferramenta do Google maps e dos dados obtido junto à Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais

Construí os mapas acima e ao lado a partir dos dados obtidos ao longo da pesquisa, localizando, a partir do local de origem (pino vermelho) os locais de destino de todos os moradores removidos reassentados via PROAS, monitorado pelo Poder Público. Como o PROAS é destinado aos moradores cuja indenização foi estimada em valor inferior a R\$40.000,00, são poucas as famílias que conseguiram obter



Mapa 3: Detalhe do mapa anterior para melhor visualização dos reassentamentos via PROAS em BH.

imóveis em Belo Horizonte (pinos azuis), sendo dispersados, como única alternativa viável, para o território da Região Metropolitana de Belo Horizonte (pinos laranjas). As implicações desse deslocamento e os motivos da opção pelo PROAS em detrimento das Unidades Habitacionais devem ser objeto da continuidade de minhas pesquisas. No entanto, considero relevante enfatizar que, das 26 localidades-destino, apenas nove estão dentro do município de Belo Horizonte, e dezessete estão fora, ou seja, na RMBH.

A partir da análise de realizada por Valladares, até mesmo o caráter holístico do Plano Global Específico (PGE<sup>17</sup>) deixa de parecer tão inovador quanto propagandeado pela prefeitura de Belo Horizonte. Por exemplo, quando analisamos o plano defendido pelo urbanista francês Alfred Agache, vencedor do concurso para responsável pela elaboração do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1927 e 1930. Valladares ressalta a síntese realizada por ele, que começa com o estudo da Geografia e da História, passando pelos indicadores sociais e econômicos, o estudo das formas e traçados urbanos, para em seguida iniciar as sugestões quanto às intervenções de caráter físico e propostas de legislação que haveriam de presidir a “remodelação”, o “embelezamento” e a “expansão da cidade” (PEREIRA, 1996: 369 *apud* VALLADARES, 2005:46). Agache, seguindo as orientações dos reformadores sociais europeus, sugere a construção de moradias populares simultaneamente à destruição das habitações precárias. Ele temia que os moradores fossem simplesmente expulsos e se instalassem em outras localidades com as mesmas condições. Para ele,

“A medida que as villas-jardins operarias serão edificadas em obediência aos dados do plano regulador, será conveniente reservar um certo número de habitações simples e econômicas, porém higienicas e praticas, para a transferência dos habitantes da favella, primeira etapa de uma educação que os ha de preparar a uma vida mais confortável e mais normal” (AGACHE, 1930: 190 *apud* VALLADARES, 2005: 49)

Tais sugestões também se assemelham bastante aos programas Pré-Morar (decreto municipal nº 14.641, de 10 de novembro de 2011) e Pós-morar, da prefeitura de Belo Horizonte, que objetivam conduzir os moradores à adaptação ao novo modelo de moradia, propondo novas moralidades<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> O PGE é a base do Vila Viva, que traça o diagnóstico socioeconômico, físico-ambiental e jurídico-legal de cada favela de BH, uma espécie de Plano Diretor exclusivo para cada aglomerado.

<sup>18</sup> O que estou chamando aqui de novas moralidades se relaciona a um modo de habitar e conviver com vizinhos típico das classes médias, baseada na família nuclear (pai-mãe-filho-filha), onde a própria família nuclear é o centro e objetivo das socialidades estabelecidas, ao menos até que os filhos completem a maioridade e

Luana Dias Motta realizou a periodização histórica das políticas nacionais para habitação no Brasil, iniciada no fim do século XIX - contexto de abolição da escravidão e expulsão dos negros do campo em direção às cidades, concomitantemente à chegada de europeus para o campo e a nascente indústria brasileira. Ao longo do período populista da era Vargas, a favela foi tratada como caso de polícia, e só em 1946 foi criado o primeiro órgão nacional para construir residências para trabalhadores pobres, com a criação da Fundação da Casa Popular (MOTTA, 2010). Essa primeira política foi pautada no crédito às empresas privadas para que elas produzissem as habitações. A incompatibilidade entre os preços das moradias informais e as construídas a partir dos financiamentos impediam que as famílias mais pobres, morando em favelas ou cortiços, chegassem a ser beneficiárias de tais políticas. Na década de 50 houve intensificação do crescimento urbano e da indústria brasileira, além da mecanização do campo, e a atenção do governo Juscelino Kubitschek estava voltada às “intervenções do Estado para adequar o espaço urbano à circulação de automóveis” (MOTTA, 2010: 3), aumentando a distância entre as classes e direcionando os pobres às favelas e loteamentos ilegais na periferia. Em quase vinte anos de FCP 17.000 moradias haviam sido construídas, número insignificante em relação ao déficit habitacional. Após o golpe militar de 1964 a FCP foi extinta e a atuação do governo passou a ser direcionada a partir do Plano Nacional de Habitação, com investimento no “planejamento técnico” e elaboração e implementação de planos diretores, focando, porém, na produção de moradias na chamada cidade legal, financiadas pelos então criados Banco Nacional de Habitação (BNH) e Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Este segundo chegou a construir cerca de quatro milhões de moradias, porém beneficiando apenas a classe média emergente, já que a construção de habitações voltadas ao “mercado popular” chegou a apenas 13% do total de investimentos do BNH (MOTTA, 2010). Nos primeiros governos da redemocratização os avanços se restringiram ao incentivo à formação de conselhos e a criação de fundos específicos para habitação, além da formação do Fórum Nacional de Habitação, em 1992. Em 2001 foi sancionada a lei conhecida como Estatuto da

---

reproduzam tal modelo, afastando-se geograficamente dos pais. Esse não é o padrão observado nas vilas, onde boa parte das famílias são compostas por mais filhos e chefiadas por mulheres - que trabalham durante o dia e deixam seus filhos aos cuidados de membros da família extensa ou vizinhos amigos - e, mesmo após a maioridade, objetivam manter os filhos por perto, se possível na mesma casa ou em “puxadinhos” ou “barracões” no mesmo lote.

Cidade<sup>19</sup>, no governo de Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a necessidade da regularização fundiária e da ampliação da participação na questão habitacional. De acordo com Motta, mesmo ao longo dos governos Lula e Dilma, a iniciativa privada é a grande beneficiária. Da FCP ao programa Minha Casa Minha Vida, duas características permanecem: grandes subsídios públicos destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e pouco financiamento às cooperativas e aos movimentos sociais, dificultando atualmente, por exemplo, que as famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos possam acessar os programas.

Belo Horizonte, seguindo diretrizes francesas, combinou em seu projeto inicial “saneamento, embelezamento, circulação e segregação territorial” (MOTTA, 2010: 2). Motta realizou também uma análise das políticas públicas municipais em Belo Horizonte voltadas à habitação popular, destacando o modelo de planejamento estrutural que começava a tomar corpo em 1997 com a criação do Plano Global Específico (PGE), espécie de plano diretor de cada favela, caracterizando os aspectos socioeconômicos, jurídicos e ambientais. Esses diagnósticos foram tomados como base para o Programa Vila Viva<sup>20</sup>, criado em 2005, inicialmente com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atualmente incluído no PAC Favelas com financiamento pela Caixa Econômica Federal e recursos do governo federal e do município.

Evelina Dagnino (2004) desenvolve uma discussão sobre o que chama de dilemas da confluência perversa entre dois projetos para o Brasil pós-ditadura militar: um democratizante e participativo e outro neoliberal. As características dessa disputa no país se notam pelos deslocamentos de sentido em três noções: “sociedade civil, participação e cidadania” (DAGNINO, 2004: 140), já que ambos os projetos reivindicam tais elementos, obscurecendo distinções e divergências de concepção. No que se refere ao deslocamento da noção de *participação* ela elucida o processo

---

<sup>19</sup> Lei No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, denominada Estatuto da Cidade, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social, para regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

<sup>20</sup> O Vila Viva só é executado em vilas e favelas que possuem um PGE elaborado. Uma questão problemática é a necessidade da disputa no Orçamento Participativo pela “conquista” tanto do PGE quanto do Vila Viva, favorecendo localidades cujas lideranças possuem maior influência política. Além disso, apesar das instâncias de participação existentes no âmbito da elaboração do PGE (um diagnóstico que privilegia dados qualitativos), não há mecanismos de participação e deliberação efetivas na elaboração do projeto executivo – ou seja, do modelo de remoção, de reassentamento e de urbanização das favelas -, e ao longo das obras a participação é reduzida aos chamados Grupos de Referência, compostos por lideranças formais e informais e demais moradores, tornados “multiplicadores” de informações do empreendimento entre os demais moradores e catalisadores de demandas e reclamações destes ao poder público.

de despolitização desta, que “redefinida, é despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral”, (DAGNINO, 2004: 152), com ênfase gerencialista e empreendedorista, fazendo a participação ser redefinida e reduzida à gestão, e por isso, dispensando os espaços públicos onde

“o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, [e] o seu potencial significado político democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza (TELLES, 2001 *apud* DAGNINO, 2004: 152)

É desse modo, por exemplo, que a participação nos Grupos de Referência, de acompanhamento das obras da URBEL se restringe ao acesso a informações para multiplicá-las entre os demais moradores e levar, como informantes, as demandas e reclamações dos moradores não-membros dos GR para a empresa urbanizadora. Essa é considerada a participação direta. Além disso, a população atingida pelo Vila Viva é condicionada a três “opções de escolha”: remoção com indenização simples, e, no caso de avaliação da benfeitoria ser inferior a R\$40.000,00 a opção de remoção com inclusão no PROAS<sup>21</sup>. A terceira e última é a mais defendida pelos representantes do poder público: reassentamento nas Unidades Habitacionais verticais e padronizadas, e inclusão no programa bolsa-moradia<sup>22</sup> enquanto aguardam a entrega das UH.

Sendo assim, torna-se vedado o “objetivo da “partilha efetiva do poder” entre Estado e sociedade civil (Dagnino, 2002), por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos.” (DAGNINO, 2004: 152). Além disso, o deslocamento de sentido da noção de cidadania pelo projeto neoliberal solapa o direito à diferença e o “reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos” (Telles, 1994, p. 46 *apud* DAGNINO, 2004: 154) e forja uma conexão entre cidadania e mercado, transformando cidadania em integração individual aos mercados, invisibilizando conflitos e divergências. Para a autora a própria substituição do termo sociedade civil por “terceiro setor” (sendo o primeiro o Estado e o segundo o Mercado) aponta para esse embate discursivo que, do ponto

---

<sup>21</sup> As avaliações que definem valor inferior a R\$40.000,00 são bastante frequentes, já que a regra é a desconsideração do direito de posse. O Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Decorrente da Execução de Obras Públicas (PROAS) é regulado pela resolução nº IV do Conselho Municipal de Habitação, referente ao decreto municipal nº8.543, de 1996. Este é o programa de reassentamento monitorado da prefeitura. O morador escolhe a casa onde pretende ser reassentado e, após verificação e aprovação pelos técnicos da URBEL, a prefeitura paga o valor ao proprietário, com limite de R\$40.000,00.

<sup>22</sup> O programa bolsa-moradia, instituído pelo decreto municipal nº11.375, de 2003, é voltado à concessão de bolsas mensais com valor-limite de R\$500,00 enquanto os moradores removidos de áreas de risco ou em função de obras públicas aguardam o reassentamento nas Unidades Habitacionais.

de vista neoliberal, intenta retirar a cidadania do terreno da política, e, assim, transformar os espaços abertos à participação da sociedade civil em instâncias estatais onde se espera que os cidadãos assumam funções e responsabilidades ligadas à implementação e execução das políticas públicas sem compartilhar, no entanto, “o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas” (DAGNINO, 2004: 152)

Em 18 de março de 2014, após a gravação da reportagem da TV Globo Minas descrita no capítulo anterior, percorri a vila São Tomás junto a alguns moradores que participaram da matéria jornalística. Ao percorrermos as ruas, percebemos alguns cartazes colados nos postes convocando os moradores a participarem de uma audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, marcada para o dia 26 de março, às 19:30.

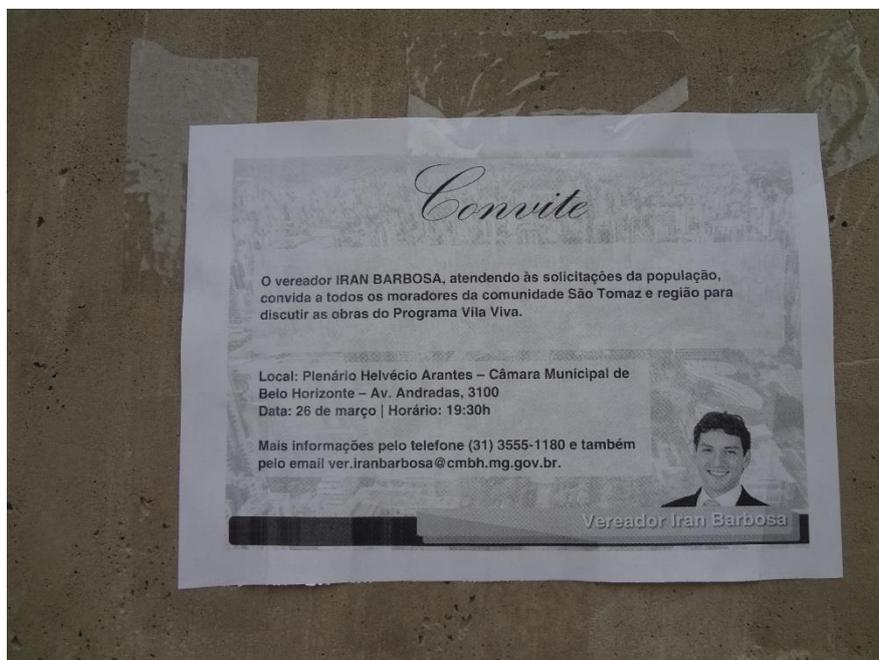


Foto 4: tirada pelo autor em 18 de março de 2014 registrando a convocação da audiência pública

Chegando ao local marcado, vi que a TV Câmara estava entrevistando alguns dos moradores, que exibiam os comprovantes de pagamento dos aluguéis – e o aumento nos valores. Dois de meus interlocutores locais estavam na mesa e outros vários nas cadeiras da audiência.

A Rúbia foi a primeira a falar, e expressou ali o que tentou denunciar pela via da imprensa televisiva sem sucesso: que as pessoas precisam se perguntar se se trata de “vila viva ou vila morta”, porque eles estão sendo atingidos de muitas formas. Denunciou o fato de terem colocado cachorros para “vigiar” as obras paradas e que a

sua percepção era de que a construtora Andrade Valladares não queria terminar as obras, já que não dava explicações sobre o motivo da paralisação e empurrava tal responsabilidade para a Urbel, que, no movimento inverso, dizia que a construtora é que devia prestar explicações. Além disso, frisou o aspecto exibido na reportagem: ela e outros muitos moradores estavam completando o valor do bolsa-moradia com dinheiro do próprio bolso, e por isso, exigiam o ressarcimento, já que a responsabilidade pela remoção e reassentamento era do poder público e as obras estavam atrasadas. Especificamente o prédio onde Rúbia deverá morar após o reassentamento não havia saído da planta porque os técnicos encontraram nascentes na área escolhida.



Foto 5: Audiência Pública sobre os atrasos do programa Vila Viva nas vilas São Tomás e Aeroporto, realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 26 de março de 2014.

Seu Joaquim, por sua vez, frisou a preocupação dos moradores locais com boatos espalhados pelas vilas sobre a venda de partes da área removida pelo poder público para empresas e escolas particulares.

Em resposta aos questionamentos, os representantes da URBEL afirmaram que o atraso já chegava a um ano em relação ao cronograma original e que até o momento 32 UH haviam sido entregues. Negaram todos os boatos espalhados sobre as possíveis vendas de terrenos, o que de acordo com eles seria impossível até mesmo em função da legislação específica para áreas de Zoneamento Especial de Interesse Social (ZEIS). A linguagem utilizada no PGE e nas reuniões, incluindo as audiências públicas, no entanto, era extremamente complexa, e priorizava

conhecimentos técnicos e específicos. De acordo com os trabalhos de Motta e outros pesquisadores, esse procedimento é recorrente nos espaços de interlocução entre a URBEL e a sociedade civil, fato similar também aos espaços criados para interlocução entre poder público, empresas e atingidos por grandes obras, como as de construção de usinas hidrelétricas e empreendimentos de mineração, limitando a compreensão e a expressão de outros projetos:

“A linguagem técnica, além de ser um obstáculo à compreensão daqueles que não a dominam, é uma limitação simbólica, pois o formato técnico desqualifica e deslegitima outros projetos, visões e formas de expressá-los (MOTTA, 2013: 34).

Os termos utilizados, com muita frequência, eram de conhecimento específico das áreas de engenharia ou da administração pública, utilizando siglas, números de leis, características topográficas e hídricas, etc. Os questionamentos dos moradores eram por vezes tratados como “não-questões”, sendo reconstruídas com o linguajar técnico, o que deixava os moradores sem resposta e sem compreender a reformulação das questões. Os exemplos utilizados pela diretora de obras muitas vezes se relacionavam a outras áreas da cidade, deixando os presentes confusos.

O que chamo aqui de *gentrificação* distingue-se de abordagens puristas sobre o conceito, sobre o qual dependeria de contextos de explícita remoção e substituição populacional em áreas centrais de cidades históricas para fins turísticos. Eu busco utilizar o termo por ele apontar para processos de união entre os setores público e privado para a construção de uma nova paisagem forçosamente construída e sustentada em detrimento dos usos e costumes das populações que ocupam determinados territórios na cidade. No caso do São Tomás e Aeroporto, das 1360 famílias removidas, 450 estarão nas Unidades Habitacionais<sup>23</sup>. Cabe salientar que apenas 440 das 560 UH serão construídas na localidade das vilas São Tomás e Aeroporto, gerando não somente o desadensamento e a transformação populacional,

---

<sup>23</sup> Os desafios para a aquisição de dados oficiais poderiam compor um capítulo inteiro, mas resumirei brevemente aqui o modo como consegui, pela primeira vez, os dados oficiais atualizados até 2014. Ao questionar na audiência pública a escassez de dados e a dificuldade em obter informações relevantes à pesquisa – tanto a minha individual quanto à coletiva, da equipe do Cidade e Alteridade – para realizar análises menos especulativas e baseadas no confronto entre os discursos oficiais e as percepções dos moradores, reconhecendo a legitimidade das demandas dos cidadãos, incluindo-as nos conteúdos históricos da produção oficial, os representantes da URBEL inicialmente tentaram se esquivar, dizendo que as informações eram públicas. O vereador, que presidia a audiência, disse ficar muito preocupado toda vez que um pesquisador tentava obter informações do poder público e encontrava dificuldades. Pediu para que eu encaminhasse a seu gabinete todas os dados de que eu necessitava e que me haviam sido negados, para que ele enviasse uma solicitação formal em nome do poder legislativo. Quando a URBEL respondeu à solicitação um assessor entrou em contato comigo e pude tirar cópias de todos os arquivos, esclarecendo inúmeras lacunas que emperravam minha pesquisa e investigação.

como também o fomento do aquecimento do mercado formal local, tanto no que se refere ao preço dos aluguéis quanto o preço de venda dos imóveis. Isso dificulta a aquisição de um imóvel na região por pessoas que entraram no PROAS e pela indenização simples – junção perversa entre as baixas indenizações e a valorização e especulação imobiliária. O aumento significativo nos preços dos aluguéis decorre, entre outros motivos, da inserção, de modo abrupto, de 397 pessoas nessa condição. De acordo com os dados informados pela Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais da prefeitura de Belo Horizonte, – obtidos por meio do ofício do vereador - em 6 de junho de 2014, das 1360 famílias previstas para remoção, 450 haviam “optado” pelo reassentamento em UH, sendo que, destas, 397 famílias estavam no Bolsa Moradia e 32 haviam sido reassentadas. Além disso, 674 proprietários foram indenizados pela modalidade simples. Ainda de acordo com o documento, 42 famílias “optaram” pelo reassentamento monitorado, sendo que 32 haviam sido reassentadas, 2 aguardavam a emissão do cheque e 6 não haviam indicado um imóvel para vistoria técnica da empresa urbanizadora.

Ou seja, o que quero argumentar aqui é que o próprio modelo de reassentamento, em si mesmo, ao ignorar a ampla e recorrente contestação do modelo de habitação proposto – com sua moralidade específica – conforma o **dispositivo da gentrificação** a partir da supremacia técnica eleita como motor do planejamento e execução. Foucault, que forjou a noção de *dispositivo*, diz que este pode ser entendido como um tipo de formação que “em um determinado momento histórico, [tem] como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 1979: 244) e, por meio dessa resposta, justificar ou mascarar práticas que permanecem mudas. Em resumo, o dispositivo são as “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (:246). Ao associar e encadear as duas urgências dramáticas, a saber - as inundações sazonais e a violência urbana - ao Programa Vila Viva enquanto única solução possível para os problemas urbanos em vilas e favelas, os setores público e privado se unem a partir de uma suposta neutralidade democrática e omitem muitos elementos contraditórios e bastante relevantes, anulando o conflito e o dissenso por meio de uma tecnologia de produção “oficial” de consensos. A partir do dispositivo, as ações de governo conseguem impor um modelo de habitação que coloca os moradores entre as “opções” de aceitar as UH ou ser expulsos da própria localidade onde constituíram suas relações sociais nos últimos sessenta anos, onde construíram seus referenciais físicos e simbólicos, além

redes de relações que favoreciam a ajuda mútua entre as famílias (capital social). Essas relações são destruídas tanto pela celeridade do processo, quanto pela dispersão dos moradores enquanto são direcionados ao pagamento do aluguel<sup>24</sup> para aguardar a construção dos prédios, cujas obras são repetidamente, em casos diversos do Vila Viva, abandonadas e reiniciadas por motivos pouco claros.

Nesse sentido, por meio de um método de intervenção executável de forma rápida<sup>25</sup> – e por isso, muito violenta, e legitimadas em função do modo como as instâncias de participação popular<sup>26</sup> estão encadeadas - a intervenção ocorre muito rapidamente, ao menos na etapa das remoções. Não podemos nos esquecer de que se o morador se recusar a aceitar as três formas de remoção existentes, ou seja, se decidir resistir e permanecer residindo no local, a administração municipal tem o poder de declarar os imóveis como de utilidade pública, para fins de desapropriação.

Sendo assim o dispositivo se constitui a partir de várias legislações específicas (do Zoneamento, uso e ocupação do solo aos programa pré e pós-morar, que se destinam a adequar os moradores à estrutura de habitação do programa), do acionamento de duas urgências latentes (enchentes e violência), com processos participativos que oscilam entre a multiplicação de informações e a legitimação e aprovação de projetos técnicos elaborados sem a participação direta e efetiva dos moradores, com a indiferenciação na categoria “beneficiários” comerciantes, carroceiros, criadores de porcos e cabras, horticultores e famílias extensas que, por meio de uma remoção rápida, sofrem violência simbólica na instituição da impossibilidade de resistir, cedendo à imposição do empreendimento.

Edésio Fernandes e Helena Dolabela Pereira - juristas especializados em Direito Urbanístico - escreveram em 2010 um artigo denominado “Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte?”, apontando para um descompasso entre a evolução dos investimentos nacionais e a manutenção do modelo do Vila Viva, praticamente inalterado desde sua primeira experiência, em 2005. Para eles, apesar das inovações oriundas do Programa Municipal de Regularização das Favelas (PROFAVELA) criado em 1983, o poder público estaria atualmente ignorando a dimensão da regularização fundiária e depositando nos saberes técnicos e nas

---

<sup>24</sup> O aluguel é pago pelo morador enquanto aguarda a finalização das obras. A prefeitura concede o auxílio mensal de até R\$500,00 por meio do programa Bolsa-moradia.

<sup>25</sup> A etapa rápida, é bom frisar, se refere à remoção e não à conclusão das obras ou ao reassentamento nas Unidades Habitacionais.

<sup>26</sup> Orçamento Participativo e Grupo de Referência, principalmente.

construtoras contratadas o papel da “urbanização”, que vêm executando a demolição das habitações – por meio da remoção dos moradores sem o pagamento de indenização referente ao direito de posse - e construção de unidades habitacionais verticais e padronizadas. Apesar do crescimento dos investimentos federais, a manutenção do modelo Vila Viva estaria aumentando a segregação socioespacial, seja através da remoção por si mesma ou pela “expulsão pelo mercado”. FERNANDES & PEREIRA (2010) anexam no artigo o manifesto denominado “sete razões para repudiarmos o Programa Vila Viva”, assinado por diversos movimentos sociais, associações comunitárias, conselhos, federação das associações de moradores de Belo Horizonte e ocupações urbanas da capital. O manifesto questiona a localização das intervenções aprovadas para o Vila Viva nos Orçamentos Participativos, todas em áreas nobres, orientadas pelos interesses do capital imobiliário, e já providas de equipamentos sociais, ignorando regiões mais precárias e mais distantes da cidade. Nesse sentido, o Vila Viva seria um modo de incluir mais imóveis num mercado imobiliário concentrado, que já esgotou as áreas edificáveis nas regiões mais valorizadas da cidade. Isso se notaria, por exemplo, pela priorização da construção de ruas e avenidas, “dividindo” as vilas atingidas ao meio, sem a regularização fundiária – antes ou depois dos empreendimentos. De acordo com o Vila Viva os títulos deveriam ser entregues em até dois anos após o reassentamento nas UH, além disso, as habitações não removidas deveriam ser regularizadas, com entrega dos títulos de propriedade, porém, até hoje nem mesmo os moradores do Aglomerado da Serra, onde ocorreu o primeiro Vila Viva em 2005, receberam a titulação. O manifesto aponta também para as casas parcialmente destruídas e a remoção da iluminação pública, que expõem os moradores a riscos, produzindo um contexto desfavorável ao questionamento do valor das indenizações, mesmo levando em conta o fato de o poder público estar desconsiderando o direito de posse<sup>27</sup>, o que possibilitou que ele pagasse indenizações no valor médio de R\$107,00 o m<sup>2</sup> construído na vila das Antenas, enquanto a poucos metros dali, na Avenida Raja Gabaglia, o mínimo seria R\$2.000,00 o m<sup>2</sup>.

---

<sup>27</sup> Os autores citam também uma ação judicial promovida pela Defensoria Pública de Minas Gerais contra a Prefeitura de Belo Horizonte em 2009, acusando-a de violações de direitos humanos, desrespeito ao Código Municipal de Posturas e de colocar em risco a segurança dos moradores de vilas e favelas, além de discriminação contra atingidos pelo Vila Viva (FERNANDES & PEREIRA, 2010).

O reassentamento nos “predinhos” significa também, de acordo com o manifesto, a criação de novos gastos como contas de água, energia elétrica e taxa de condomínio, além do aumento de preços em todos os mercados locais, sem que a renda familiar seja alterada, o que pode acabar expulsando as famílias por essa outra via. Para os moradores que ficam, o custo de vida na favela sofre forte aumento, afetando especialmente os moradores que dependiam da renda de pequenos comércios que funcionavam nas áreas removidas, sobre os quais não existe diferenciação por parte da URBEL. O manifesto termina com a sugestão de um fator subjetivo nas decisões do poder público sobre a questão das favelas em Belo Horizonte, que estaria ligado ao padrão de segregação socioespacial iniciado antes de sua inauguração: a visão das elites sobre as favelas. De acordo com o manifesto, “Elas podem até se reproduzir, desde que longe do seu campo visual” (FERNANDES & PEREIRA, 2010: 198). Apontando o uso de trabalhadores contratados nas próprias vilas como uma forma de impedir a resistência dos moradores, eles defendem a hipótese de que intervenções deste tipo “não integram as favelas às cidades, simplesmente as fazem desaparecer do mapa, junto com seus habitantes que se vêem rechaçados pela cidade que um dia lhes abriu as portas.” (FERNANDES & PEREIRA, 2010: 198)

Nas vilas São Tomás e Aeroporto percebo que o valor de uso é desconsiderado pela imposição da habitação com valor de troca, apta para o mercado imobiliário. Ou seja, os usos que as pessoas fazem da localidade, o que inclui as socialidades estabelecidas entre os moradores e os vínculos com os equipamentos sociais locais – escolas, creches, escolinhas de futebol e postos de saúde, por exemplo -, além da flexibilidade do imóvel - com liberdade para ampliação, criação de animais<sup>28</sup>, plantação hortas e a manutenção de quintais privativos para cada residência, são todos ignorados a partir da “racionalização” da questão da habitação a preceitos técnicos e econômicos, desenhados como “participativos” e com abordagem holística. O que se percebe, de fato, é um congelamento<sup>29</sup> dos processos em curso pela via de

---

<sup>28</sup> As vilas São Tomás e Aeroporto são constituídas por muitos moradores que criavam porcos, cabras, cavalos e galinhas. A localidade também é fortemente identificada pela presença de muitos carroceiros, que têm uma relação bastante específica com os animais, e que também são indiferenciados pelo poder público na categoria “beneficiários”.

<sup>29</sup> Aliás, congelamento é o termo utilizado pela URBEL para caracterizar o momento da *marcação das casas*: um técnico da empresa faz a avaliação física do imóvel e, a partir desse momento, o morador fica proibido de alterar a habitação e após algumas semanas ou meses o morador é chamado pelo poder público para descobrir o valor de indenização a que terá direito.

um diagnóstico supostamente técnico e neutro. É assim que o PGE elaborado em 2001 – antes da existência do Vila Viva – serve de base para a intervenção iniciada em 2011 demandando do poder público apenas “adaptações” nos projetos originais. Os autores defendem ainda algo muito semelhante ao que vem ocorrendo nas vilas São Tomás e Aeroporto, a saber, a instrumentalização política dos discursos ambiental, urbanístico e jurídico para expulsar determinados perfis populacionais de determinadas áreas da cidade:

a pretexto de promover a urbanização das áreas informais consolidadas, milhares de pessoas estão sendo ou serão removidas, em alguns casos levando mesmo ao desaparecimento dos assentamentos informais que deveriam ser objeto de regularização. (FERNANDES & PEREIRA, 2010: 192)

Na mesma direção, Henri Lefebvre caracteriza como “urbanismo dos administradores” aqueles

ligados ao setor público (estatal). Este urbanismo se pretende científico. Baseia-se ora numa ciência, ora em pesquisas que se pretendem sintéticas (pluri ou multidisciplinares). Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o “fator humano”. (...) Otimiza-se num modelo as informações ou as comunicações. Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a cidade” (LEFEBVRE, Henri, 2008:31)

Em matéria publicada no blog de Fernando Massote em outubro de 2010, Edésio Fernandes e Helena Dolabela Pereira reforçam as críticas do artigo publicado na revista Planejamento e Políticas Públicas, em linguagem menos acadêmica e mais contundente, enfatizando o desinteresse da prefeitura em promover a regularização fundiária, contribuindo pouco para promover a segurança jurídica da posse nos assentamentos informais consolidados, como é o caso das vilas São Tomás e Aeroporto. Eles apontam o descompasso entre a nova ordem jurídico-urbanística da constituição federal de 1988 e do estatuto da cidade em 2001, que instituem o direito coletivo à regularização fundiária nessas áreas. Nesse sentido, os autores defendem que o órgão “deveria dialogar com eles não como beneficiários de favores do governo, mas como titulares de direitos próprios” (FERNANDES e PEREIRA, 2010b). Um ano antes, a Defensoria Pública de Minas Gerais havia entrado com ação judicial contra a Prefeitura de Belo horizonte (UOL NOTÍCIAS, 25/11/2009) acusando-a de discriminação e violação de direitos humanos dos moradores de favelas atingidas pelo programa Vila Viva. A denúncia enfatizou a falta de proteção das áreas em obras, o descumprimento da garantia constitucional de indenização prévia, o desrespeito ao

código de posturas do município expondo os moradores a condições de insegurança nas obras, entulhos espalhados e a marcação das casas com tinta spray vermelho – prática abolida desde então pela URBEL. A resposta do órgão baseou-se na ação voltada ao desenvolvimento de campanha sistemáticas de segurança para evitar acidentes nos canteiros de obras, com foco nas crianças.

Em conformidade com a abordagem que realizei até aqui, Antônio Carlos de Souza Lima aponta para questões que o etnógrafo em contextos de execução de políticas públicas precisa estar ciente no que se refere aos modos de elaboração de tais políticas:

A relação enfatizada entre *policy-making* e os *policy-executing process* tem como pressuposto a centralidade do indivíduo no plano metodológico, suas ações sendo entendidas como racionais, movidas por interesses e guiadas por uma maximização dos benefícios. Se adequado para os indivíduos melhor ainda para as instituições – em especial às instâncias da administração pública – cujo dever de racionalização dos seus processos deveria ser mais visível, transparente e preciso. A “autoridade governamental” tornou-se no modelo a responsável pela elaboração e implementação das *policies*, já que nesta visão (alicerçada nos princípios de uma democracia liberal, ainda que não fossem os praticados em certos momentos) era ela que possuía legitimidade e competência para oferecer alternativas racionais para a ação pública, canalizando os interesses de uma coletividade vista como o somatório de indivíduos racionais. Nesta perspectiva clássica e instrumental, uma política pública consiste, pois, na identificação de um problema, na formulação de um argumento racional, ou em um conjunto de respostas científicas para o “problema” que acaba sempre sendo traduzido em última instância como problema de natureza essencialmente econômica. (SOUZA LIMA, 2008: 359)

Ainda de acordo com o autor, estudar *políticas públicas* do ângulo da antropologia social implica “se suspender a idéia de *público* como qualificativo para os fins das ações de Estado que melhor poderiam ser descritas (...) enquanto *políticas governamentais*” (SOUZA LIMA, 2008: 369), entendidas como

planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados Nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações não redutíveis àquelas que estão definidas em termos jurídico e administrativos enquanto partícipes de administrações públicas nacionais. Pensamos aqui não apenas em ONGs e movimentos sociais, mas também em organismos multilaterais de fomento e de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento. Isto implica em dizer que a *identificação de problemas sociais*, a formulação de *planos de ação governamental*, sua *implementação* e a *avaliação* de seus resultados se dão em múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, no entrecruzamento de amplos espaços de disputa, muitas vezes desconectados entre si em aparência. Tal desconexão é efeito dos modelos analíticos que visam entender os dispositivos de governo adotados como portadores da racionalidade tão perseguida na ciência política, e que calcam tal racionalidade numa lógica fortemente marcada pela idéia de Estado Nacional. Parece-nos que cenários atuais e históricos nos levam a perceber o quanto as políticas de governos de Estados nacionais são geradas,

financiadas e avaliadas fora das fronteiras estritas de seus territórios, por feixes de agências e agentes, princípios e práticas que os trespassam.” (SOUZA LIMA, 2008:369)

Em consonância a tais orientações metodológicas, João Paulo Macedo realizou um trabalho analítico sobre o programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, que, apesar das diferenças em relação ao programa Vila Viva, aponta para inúmeras convergências no que se refere ao trato às populações residentes em favelas por meio de mecanismos de “intervenção” como instrumentos de instauração da “modernidade” por meio da ideia de reordenamento dos espaços. A partir da década de 1990, no entanto, com a novidade de novas orientações da ONU, segundo as quais a “*participação popular*” adquire um significado particular, sendo percebida como uma “intervenção social planejada” (CASTRO: 2002: 229). O Programa Vila Viva está inserido atualmente no Programa de Aceleração do Crescimento para as Favelas (PAC-Favelas), dentro das ações desenvolvimentistas do governo federal. Já em 2002, Castro analisava o *desenvolvimento* como discurso, deslocando o eixo de análise das ações em si mesmas para a noção foucaultiana de *formações discursivas*, para, assim, refletir sobre o desenvolvimento como uma forma de identificação e construção do “outro”, do “nativo”, do “pobre”, do “subdesenvolvido” (CASTRO, 2002: 232). Desse modo torna-se possível perceber traços de continuidade nos mecanismos de exercício do poder e de procedimentos disciplinares. Ou seja, o objeto discursivo não existe por ele mesmo, é construído a partir de imagens e representações que orientam a intervenção a partir de saberes “técnicos” deslocados dos saberes locais, produzindo a *máquina desenvolvimentista* como

Uma máquina antipolítica com efeitos políticos. Ou seja, no plano das representações, o que orienta as práticas institucionais são imagens, modelos e percepções hegemônicas do pensamento ocidental que se opõem às representações e imagens locais. (CASTRO, 2008: 236)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo I, a partir do traçado do percurso de construção do objeto e dos estudos teórico-metodológicos demonstrei os desafios das pesquisas relacionadas a populações-alvo de políticas governamentais. Busquei justificar a utilização heterodoxa do conceito de gentrificação pelas questões que o conceito ilumina, e creio ter podido adequá-lo à situação social que observei, descrevi e analisei ao longo da pesquisa etnográfica. Também apresentei a abordagem da antropologia *nas margens do Estado* como adequada à pesquisa etnográfica nesse contexto.

No capítulo II, utilizei documentos oficiais, tais como o Plano Global Específico, legislações e falas de representantes da empresa urbanizadora como forma de questionar o conceito de participação utilizado e sua redução ao “acesso a informações”, sem caráter deliberativo, além dos efeitos perversos do aparelhamento da participação à reivindicação e execução de projetos elaborados pelo Estado e Mercado, que tornou possível a produção de um “consenso” em torno de um projeto de execução cristalizado a partir de convicções tecnocráticas que anulam a possibilidade da oposição e construção política.

Depois, no terceiro capítulo, descrevi e analisei diversas fontes de representações sociais construídas sobre as favelas em geral e sobre as vilas São Tomás e Aeroporto em particular. Analisei os jornais impressos institucionais e comerciais, as reportagens televisionadas na grande mídia, as campanhas publicitárias e as de divulgação institucional oriundas de diversas fontes para tentar demonstrar de que modo determinados elementos são acionados em certas ocasiões para gerar efeitos de verdade às soluções apresentadas como inexoráveis. Busquei associar tais peças às críticas elaboradas por antropólogos, historiadores, juristas, sociólogos e urbanistas como forma de desconstruir dicotomias frequentemente acionadas nas ações governamentais, tais como “legal X ilegal”, “centro X periferia” e “público X privado”. Como tive a oportunidade de acompanhar a intervenção etnograficamente desde 2011 até 2014 pude juntar matérias e registros em cadernos de campo ao longo de todo esse período, com a ajuda de moradores e pesquisadores, além dos estudos bibliográficos e das minhas próprias impressões. Nesse sentido, o período em que participei do Programa Cidade e Alteridade me proporcionou conhecer a primeira intervenção do Vila Viva, localizada no aglomerado da Serra,

onde mesmo após a conclusão dos trabalhos - há nove anos - o objetivo da regularização fundiária dos não-removidos e da titulação dos beneficiados pelas Unidades Habitacionais não havia avançado. Nesse período pude perceber continuidades entre as reclamações no processo de uma intervenção – São Tomás e Aeroporto - e as de um pós-reassentamento – Aglomerado da Serra. Os dois contextos, guardadas as suas diferenças e peculiaridades, demonstraram que a normatização e o controle dos corpos e dos espaços da cidade pelo poder público não estão adequadamente acompanhados do respeito à diferença ou à diversidade sociocultural locais, impondo uma tipologia única para as Unidades Habitacionais. Nesse sentido, em uma das matérias jornalísticas veiculadas pela TV Globo Minas os moradores atingidos são chamados de “candidatos às habitações populares”, como se estes houvessem se inscrito em algum sorteio para “ganharem” apartamentos, descaracterizando a revolta gerada pelo descumprimento dos prazos e acordos firmados entre a empresa urbanizadora e os moradores removidos da região. Foram também chamados de “beneficiários” com muita frequência, descaracterizando uma série de direitos, como o de posse dos terrenos onde construíram as casas em que viviam, e cujo valor foi desconsiderado na avaliação física dos imóveis, realizada pela URBEL, contemplando apenas a benfeitoria.

Finalmente, no capítulo quatro busquei encadear os termos utilizados ao longo da monografia e defender sua utilização. O objetivo desse capítulo era tornar-se uma base para os capítulos 5 e 6, que contemplariam com maior ênfase, respectivamente, as narrativas dos moradores locais sobre a intervenção e as mudanças nos projetos de vida – deslocados, facilitados ou interrompidos – e a situação dos carroceiros das vilas, cuja presença é bastante visível e importante para a história da vila e inclusive para a história da “nova capital de Minas Gerais”. Os carroceiros são uma tradição para a cidade e foram homenageados no ano de 2000 com a instituição do Dia Municipal do Carroceiro, comemorado todo primeiro domingo de setembro, sendo que na época da construção de Belo Horizonte, boa parte dos materiais era transportada por veículos de tração animal. Entretanto, foram indiferenciados na categoria “beneficiários” no que se refere ao modelo de remoção e de reassentamento. A diferença em relação a eles foi a construção de baias provisórias na localidade para que eles deixassem os cavalos durante o período da intervenção e a contratação de uma empresa terceirizada especializada em

mobilização e organizações comunitárias para tutorá-los no processo de criação de uma Associação de Carroceiros. Como o número de páginas da monografia já se estendeu bastante e devido às dificuldades em conciliar a monografia a outros projetos no mesmo semestre, os dois capítulos previstos ficarão para trabalhos posteriores, mas deixo registrada a impressão de que o caso dos carroceiros parece-me chave para compreender o que chamei de **dispositivo da gentrificação**, pois a partir da construção de uma “cidade do pensamento único”, determinadas práticas tidas como “inadequadas” à vida de “uma metrópole” são incluídas no dispositivo como maneira de impor, através de diversas estratégias discursivas e políticas, um modelo de cidade que reproduz o padrão excludente e segregado que se atualiza desde antes de sua inauguração, no fim do século XIX. Em consonância a essa impressão, em 22 de outubro de 2014 os jornais da capital registravam a manifestação de cerca de 320 pessoas com 68 carroças desde a avenida Pedro II até a Câmara Municipal de Belo Horizonte, em protesto contra um projeto de lei que visa a proibição do uso de veículos de tração animal com o argumento de que os carroceiros estariam provocando maus tratos aos animais.

Como apresentei no capítulo quatro, minha intenção é aprofundar os estudos acerca dos estudos pós-coloniais e principalmente sobre o grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, que defende a proposta de uma crítica epistemológica à racionalidade moderna que abarque seus efeitos de poder na geopolítica do conhecimento que, de acordo com essa hipótese, sustenta e legitima a colonialidade do saber e do poder, que por sua vez mantém, por meio de uma matriz colonial de dominação, o controle da autoridade, da natureza e dos recursos naturais e da subjetividade e do conhecimento.

## BIBLIOGRAFIA

ASAD, Talal. ¿Dónde están los márgenes del estado?. Cuadernos de antropología social, n. 27, p. 53-62, 2008.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília et al. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013.

BEVILAQUA, Ciméa. Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. Campos - Revista de Antropologia Social, v. 3, 2003.

BOISSEVAIN, Jeremy. (1974). Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155, 1983.

CASTRO, João Paulo Macedo. Desenvolvimento e tecnologia de controle populacional. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-NUAP/UFRJ, p. 229-258, 2002.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política e Sociedade, n. 5, 2004.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales, n. 8, 2008.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja, p. 83-96, 1996.

FERNANDES, Edésio & PEREIRA, Helena Dolabela. Legalização das Favelas: Qual é o problema de Belo Horizonte?. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 1, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRÚGOLI JR, Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de antropología social*, n. 30, p. 119-136, 2009.

GUIMARAES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *Análise e Conjuntura*, v. 7, n. 2 e 3, p. 11-18, 1992.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 21, p. 68-89, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAYER, Adrian C. (1966) A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MIGNOLO, Walter. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. The South Atlantic Quarterly, v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MOTTA, Luana Dias. **A normatização da limpeza e da beleza no Aglomerado do Morro das Pedras-BH: estratégias legais, políticas e discursivas para implementação do Programa Vila Viva**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte -MG. 2009.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>>, v. 29, p. 06-11, 2010. Acesso em 03/01/2013.

MOTTA, Luana Dias. Da construção da nova capital mineira ao atual modelo de gestão de vilas e favelas: notas sobre um estudo de caso do Programa Vila Viva. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.13, n. 19, 2012a.

MOTTA, Luana Dias. Programa Vila Viva: como o planejado chega ao lugar. III Congresso em Desenvolvimento Social. 2012b. Disponível em <[http://www.congressods.com.br/cronograma/GT8\\_A\\_cidade\\_politicas\\_publicas\\_e\\_os\\_territorios\\_da\\_politica\\_sessao\\_2.pdf](http://www.congressods.com.br/cronograma/GT8_A_cidade_politicas_publicas_e_os_territorios_da_politica_sessao_2.pdf)>. Acesso em 18/07/2014.

MOTTA, Luana Dias. **Sufrimento, responsabilização e desejo: uma análise dos processos decorrentes das mudanças de moradia no âmbito do Programa Vila Viva – Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte – MG. 2013.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Projeto modernizador de construção da nação e estratégias de redefinição do Estado e suas margens. In: ZHOURI, Andrea e VALENCIO, Norma (organizadoras). **Formas de matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ana Ester Ceceña. (Org.). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: Clacso, 2006, v. , p. 151-197.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter ; QUENTAL, P. A. . Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Polis (Santiago. en Línea), v. 11, p. 1, 2012.

RIBEIRO, G. L. . A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não-hegemônico. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 25, p. 21-38, 2010.

RIBEIRO, G. L. Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

SOUZA, Hely Rodrigues de. **O Passado, o presente e o futuro do espaço público na Vila São Tomás: A busca da cidadania pela via cultural**. Monografia (Graduação em Geografia). Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte – MG, 2003.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo e. Política(s) Pública(s) In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (org.). **Raça: Perspectivas Antropológicas**. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008. p. 351-392.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAN VELSEN, J. (1967). A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

ZHOURI, Andréa; TEIXEIRA, Raquel. O. S. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In. ZHOURI, A.; SIANO, D. B. P.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa . Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. Série Documenta (UFRJ. Online), v. 1, p. 1/4-8, 2007.

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, p.97-107, 2008.

## **OUTRAS FONTES:**

PBH, 2012. “BH tem 13% da população em favelas, índice superior ao de SP” In: Portal da prefeitura de Belo Horizonte na internet. Matéria publicada dia 23/02/2012, acesso em 18/06/2014. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=55789&pIdPlc=&app=salanoticias>

Ânimo Leve. OP Belô. Documentário dirigido por João Ramos de Almeida. 2010. Disponível em <https://vimeo.com/22084457> consultado em 16/09/2014

CIDADE E ALTERIDADE, 2013a. concepções sobre direito à moradia dos afetados pelo programa vila viva nas vilas são tomás e aeroporto e no aglomerado da serra, em contraposição a proposta oficial do programa. Relatório parcial para a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), disponível em [http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2013/08/RELAT%C3%93RIO-4\\_REASSENTAMENTOS-URBANOS\\_13-3\\_cf.pdf](http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2013/08/RELAT%C3%93RIO-4_REASSENTAMENTOS-URBANOS_13-3_cf.pdf) consultado em 10/04/2014.

CIDADE E ALTERIDADE, 2013b. Mapeamento dos itinerários e locais de destino dos moradores que foram removidos como consequência das intervenções do vila viva na vila São Tomás e no aglomerado da Serra.

CIDADE E ALTERIDADE, 2013c. Relatório interdisciplinar sobre os atores envolvidos nas intervenções do projeto vila viva no São Tomás e no Aglomerado da Serra e levantamento sobre os impactos do projeto.

FAVELA É ISSO AÍ, s/d(a). São bernardo e vila Aeroporto. Disponível em <http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/sao-bernardo-e-vila-aeroporto/> consultado em 09/09/2014

FAVELA É ISSO AÍ, s/d(b). Vila São Tomás. Disponível em <http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/vila-sao-tomas/> consultado em 09/09/2014.

FAVELA É ISSO AÍ, 2012. Carroceiros do São Tomás. Documentário dirigido por Arthur B. Senra. Belo Horizonte. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sHzQhT4kBA4> consultado em 01/09/2014

PBH, s/d. VILAS, FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL. Disponível em <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/vilas-favelas-e-conjuntos-habitacionais-de-interesse-social>. consultado em 13/09/2014

PBH, 2014. Reestruturação urbanística começa pelo planejamento integrado. Disponível em [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt\\_br&pg=5580&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&), consultado em 13/09/2014

PÓLOS DE CIDADANIA, 2011. Uma Avenida em meu quintal. Documentário dirigido por Frederico Triani e Samira Motta. Belo Horizonte. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rlxKVtikzPw> consultado em 13/09/2014

URBEL, 2001. Núcleo de Planejamento. Programa de Planos Globais Específicos. Aglomerado São Tomás/ São Bernardo/ Aeroporto e Vilas Suzana I e II. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E ORGANIZATIVOS

URBEL, S/D(a). Documento interno. “Metodologia de participação popular utilizada pelos técnicos na formação e implementação das políticas públicas de urbanização e reassentamento de populações”

URBEL, S/D(b) Etapas do Programa de remoção e Reassentamento. Documento entregue pelos técnicos aos moradores. Encarte institucional.

CMBH, 10/03/2010 “Audiência Pública esclarece moradores sobre obras”, disponível em <http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/audi%C3%Aancia-p%C3%ABblica-esclarece-moradores-sobre-obras%C2%A0> consultado em 15/05/2014

EM, 16/09/2011 “BH não está preparada para o período chuvoso”, disponível em [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/09/16/interna\\_gerais,250987/bh-nao-esta-preparada-para-o-periodo-chuvoso.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/09/16/interna_gerais,250987/bh-nao-esta-preparada-para-o-periodo-chuvoso.shtml) em 25/09/2012 consultado em: 25/09/2012

PIMENTEL, FERNANDO 31/08/2007 “Favela: uma solução de dentro para fora”, artigo redigido para o Jornal Valor Econômico. Disponível em [http://www.fernandopimentel.com.br/?p=188&upm\\_export=print](http://www.fernandopimentel.com.br/?p=188&upm_export=print) consultado em 17/12/2013; ou [http://www.gvces.com.br/index.php?r=noticias/view&id=89800&0%5Bidioma\\_id%5D=&0%5Bidnoticia%5D=&0%5Bidusuario%5D=&0%5Btitulo%5D=&0%5Btexto%5D=&0%5Bdatacad%5D=&0%5Bdatapub%5D=&0%5Bpublicado%5D=1&0%5Bfonte%5D=&0%5Bautor%5D=&0%5Bidfonte%5D=&0%5Bidtipo%5D=&0%5Bidioma%5D=&0%5Burl\\_referencia%5D=&0%5Bdestaque%5D=](http://www.gvces.com.br/index.php?r=noticias/view&id=89800&0%5Bidioma_id%5D=&0%5Bidnoticia%5D=&0%5Bidusuario%5D=&0%5Btitulo%5D=&0%5Btexto%5D=&0%5Bdatacad%5D=&0%5Bdatapub%5D=&0%5Bpublicado%5D=1&0%5Bfonte%5D=&0%5Bautor%5D=&0%5Bidfonte%5D=&0%5Bidtipo%5D=&0%5Bidioma%5D=&0%5Burl_referencia%5D=&0%5Bdestaque%5D=) consultado em 20/12/2014

PÓLOS DE CIDADANIA, 2011. Uma Avenida em meu quintal. Documentário dirigido por Frederico Triani e Samira Motta. Belo Horizonte. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rlxKVtikzPw> consultado em 13/09/2014

TV GLOBO, 11/06/2013 “Moradores da Pedreira Prado Lopes reclamam da demora nas obras do Vila Viva” consultado em 25/03/2014

TV GLOBO, 19/08/2013 “Parceiros voltam a locais visitados no Aglomerado da Serra e na Pedreira Prado Lopes”, disponível em <http://globo.com/rede-globo/mgtv-1a-edicao/v/parceiros-voltam-a-locais-visitados-no-aglomerado-da-serra-e-na-pedreira-prado-lopes/2767977/>, consultado em 25/03/2014

TV GLOBO, 22/03/2014 “Candidatos a moradias do Vila Vila, em BH, reclamam da demora na entrega das casas” disponível em: <http://globo.com/rede-globo/mgtv-2a-edicao/t/edicoes/v/candidatos-a-moradias-do-vila-vila-em-bh-reclamam-da-demora-na-entrega-das-casas/3232401/>, consultado em: 25/03/2014

TV RECORD MINAS, 26/11/2010 “MORADORES TEMEM NOVA CHEIA DO ONÇA”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8Qjh3fSfTPY> consultado em: 22/10/2012.

UAI, 15/12/2008 “Chuva em BH chega a 42% do volume normal para o mês de dezembro”. disponível em: [http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao\\_2/2008/12/15/em\\_noticia\\_interna,id\\_sessao=2&id\\_noticia=92193/em\\_noticia\\_interna.shtml](http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2008/12/15/em_noticia_interna,id_sessao=2&id_noticia=92193/em_noticia_interna.shtml) consultado em 25/09/2012

URBEL, S/D. ETAPAS DO PROGRAMA DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO

URBEL, S/D. Vantagens de morar nos apartamentos do bairro Juliana.

URBEL, 31/01/2012 “Programa Vila Viva vai mudar a realidade das vilas São Tomaz e Aeroporto” disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=55109&pldPlc=&app=salanoticias> consultado em 10/02/2012.

URBEL, 2012 “INFORMATIVO DO PROGRAMA VILA VIVA NAS VILAS SÃO TOMAZ E AEROPORTO”. BELO HORIZONTE, JANEIRO DE 2012 – Nº1

URBEL, 2013. INFORMATIVO DO PROGRAMA VILA VIVA NAS VILAS AEROPORTO E SÃO TOMAZ. BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 2013 – Nº2

EM (jornal Estado de Minas), 21/05/2012, p9. BH na contramão da história. Artigo do vice-prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho.

FERNANDES, Edésio e PEREIRA, Helena Dolabela. 2010b “O Fracasso da URBEL”. Em blog do Professor Fernando Massote. Disponível em <http://massote.pro.br/2010/10/o-fracasso-da-urbel-edesio-fernandes-e-helena-dolabela-pereira/> consultado em 27/08/2012

UOL NOTÍCIAS, 25/11/2009 - “DEFENSORIA ACUSA PREFEITURA DE BH DE DISCRIMINAR FAVELAS ALVO DE OBRAS DO PAC” – Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2009/11/25/defensoria-acusa-prefeitura-de-bh-de-discriminar-favelas-alvo-de-obras-do-pac.jhtm> consultado em 25/10/2014.